

CONSELHO DIRETOR



**Ata da 1.020ª**

---

**Sessão de 23/03/2023**

1 1.020ª Sessão do Conselho Universitário. Ata. Aos vinte e três dias do mês de  
2 março de dois mil e vinte e três, às catorze horas, reúne-se o Conselho  
3 Universitário, em sessão extraordinária, na Sala do Conselho Universitário, no  
4 Prédio da Reitoria, na Cidade Universitária “Armando de Salles Oliveira”, sob a  
5 Presidência do Magnífico Reitor, Prof. Dr. Carlos Gilberto Carlotti Junior, e com  
6 o comparecimento dos seguintes Senhores Conselheiros: Maria Arminda do  
7 Nascimento Arruda, Adrian Pablo Fanjul, Alan Mitchell Durham, Alexander Turra,  
8 Alexandre Moreira, Ana Claudia Latrônico Xavier, Aluisio Augusto Cotrim  
9 Segurado, Amanda Guerra de Moraes Rego Sousa, Ana Lúcia Duarte Lanna,  
10 André Carlos Ponce De Leon Ferreira de Carvalho, Arlindo Saran Netto, Bárbara  
11 Della Torre, Beatriz Mugayar kühl, Caetano Juliani, Carlos Alberto Labate, Carlos  
12 Alberto Montanari, Carlos Eduardo Ambrósio, Carlos Ferreira dos Santos, Celso  
13 Fernandes Campilongo, Cristina Maria Galvão, Daniel De Angelis Cordeiro,  
14 Danielly Milena Oliveira dos Santos, Edgard Bruno Cornacchione Junior,  
15 Eduardo Henrique Soares Monteiro, Enrico Fuini Puggina, Ernani Pinto Junior,  
16 Fabiana Fontes Rocha, Fábio Augusto Reis Gomes, Fábio Herbst Florenzano,  
17 Fábio Luiz Teixeira Gonçalves, Fernando Martini Catalano, Floriano Peixoto de  
18 Azevedo Marques Neto, Gabriel Brandão Galhase, Gabriel Henrique Borges,  
19 Gabriela Beraldo Rodriguez, Giulia Araújo Castro, Giulio Gavini, Gregório Batista  
20 Pereira, Gustavo Martineli Massola, Hamilton Brandão Varela de Albuquerque,  
21 Hugo Tourinho Filho, Humberto Gomes Ferraz, Ianni Regia Scarcelli, Isis Paiva  
22 Trajano, Ivan França Junior, Ivone Freire Mota de Albuquerque, Jairo Kenupp  
23 Bastos, Jean-Claude Eduardo Silberfeld, João Sette Whitaker Ferreira, José  
24 Antonio Visintin, José Leopoldo Ferreira Antunes, José Soares Ferreira Neto,  
25 Joubert José Lancha, Karin Maria Soares Chvatal, Letícia Veras Costa Lotufo,  
26 Luiz Guilherme de Siqueira Branco, Luiz Gonzaga Godói Trigo, Luís Gustavo  
27 Marcassa, Manfredo Harri Tabacniks, Marcelo Duarte da Silva, Marcelo Knörich  
28 Zuffo, Marcelo Mulato, Marcílio Alves, Marcos Milan, Maria Antonieta Del  
29 Tedesco Lins, Maria Dolores Montoya Diaz, Marília Afonso Rabelo Buzalaf, Marli  
30 Quadros Leite, Maurício da Silva Baptista, Milena Polizelli Leite de Souza,  
31 Mônica Appezzato Pinazza, Monica Tallarico Pupo, Moussa Diabate, Murilo  
32 Araújo Romero, Niels Olsen Saraiva Câmara, Nuno Manuel Morgadinho dos  
33 Santos Coelho, Osvaldo Novais de Oliveira Junior, Patrícia Gama, Paulo Alberto  
34 Nussenzveig, Paulo Manuel Pego Fernandes, Paulo Martins, Paulo Nelson Filho,

35 Paulo Yukio Gomes Sumida, Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari, Pedro  
36 Fredemir Palha, Pedro Vitoriano de Oliveira, Regina Szylit, Reinaldo Giudici,  
37 Reinaldo Santos de Souza, Ricardo Ivan Ferreira da Trindade, Ricardo Pinto da  
38 Rocha, Ricarod Ricci Uvinha, Rodney Garcia Rocha, Rodrigo Bissacot Proença,  
39 Rodrigo do Tocantins Calado de Saloma Rodrigues, Rômulo Machado, Ronaldo  
40 Fumio Hashimoto, Ronaldo Severo Ramos, Rosa Baptista Faustino Miranda, Rui  
41 Alberto Ferriani, Samuel Ribeiro Filipini, Sarah Hakim, Sílvio Silvério da Silva,  
42 Sônia Regina Pasian, Thomas Prates Ong, Tulio Ferreira Leite da Silva,  
43 Umberto Cesar Corrêa, Valdir Heitor Barzotto, Vera Lúcia Conceição de Gouveia  
44 Santos. Presente, também, a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marina Helena Cury Gallottini,  
45 Secretária Geral. Justificaram antecipadamente suas ausências, sendo  
46 substituídos por seus respectivos suplentes, os Conselheiros: Ana Maria  
47 Loffredo, Antenor Cerello Júnior, Brasilina Passarelli, Carlota Josefina Malta  
48 Cardozo dos Reis Boto, Eloisa Silva Dutra de Oliveira Bonfá, Kai Enno Lehmann,  
49 Léa Assed Bezerra da Silva, Márcio de Castro Silva Filho, Miguel Parente Dias,  
50 Moacir de Miranda Oliveira Junior, Patrícia Maria Berardo Gonçalves Maia  
51 Campos, Paulo Frazão São Pedro, Rafael Pombo Menezes, Rhennan Mecca  
52 Bontempi, Roger Chammas, Rosângela Itri, Sérgio Akira Uyemura, Sérgio Muniz  
53 Oliva Filho, Thaís Maria Ferreira de Souza Vieira, Tirso de Salles Meirelles.  
54 Justificaram, ainda, suas ausências os Conselheiros: Adenilso da Silva Simão,  
55 Amanda Caroline Harumy Oliveira, Ana Paula Souza Alves, Antonio Carlos  
56 Teixeira Álvares, Felipe Augusto de Souza Primo, Geovana Carmelina dos  
57 Santos Zandona, Herman Jacobus Corneliz Voorwald, José Rubens Pirani,  
58 Márcio Henrique Pereira Ponzilacqua, Maria Nilda de Carvalho Mota. Havendo  
59 número legal de Conselheiros, o **M. Reitor** declara aberta a Sessão do Conselho  
60 Universitário da Universidade de São Paulo. **M. Reitor**: “Boa tarde a todas e  
61 todos. Nós vamos dar início à reunião extraordinária do Conselho Universitário.  
62 Gostaria que todos tomassem seus assentos para podermos começar a  
63 reunião.” A seguir, o **M. Reitor** passa ao **Item I – EXPEDIENTE**, passando a  
64 palavra à Senhora Secretária Geral, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marina Gallottini, para  
65 apresentação dos novos membros do Co. **Secretária Geral**: “Representante da  
66 Congregação: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eduardo Henrique Soares Monteiro, da Escola de  
67 Comunicações e Artes (recondução).” **M. Reitor**: “Não vou fazer nenhuma  
68 manifestação inicial, a manifestação será no momento da pauta. Então, vamos

69 dar início à Ordem do Dia.” Ato seguinte, o **M. Reitor** passa ao **Item II - ORDEM**  
70 **DO DIA**, analisando conjuntamente os tópicos 1.1 e 1.2. **1 - MINUTAS DE**  
71 **RESOLUÇÃO. 1.1 - PROCESSO 2023.1.2158.1.3 - UNIVERSIDADE DE SÃO**  
72 **PAULO.** Minuta de Resolução que institui o Prêmio Desempenho Acadêmico  
73 Institucional USP. Memorando do M. Reitor, Prof. Dr. Carlos Gilberto Carlotti  
74 Junior, ao Procurador Geral, Prof. Dr. Marcelo José Magalhães Bonizzi,  
75 encaminhando à PG proposta de criação do novo Prêmio de Desempenho  
76 Acadêmico Institucional USP e concessão para o exercício de 2023. O Prêmio  
77 parte de premissas já utilizadas na Resolução nº 5483, de 6.11.2008, em  
78 especial o objetivo de premiar os esforços dos docentes e servidores técnicos e  
79 administrativos nas hipóteses de bom desempenho da Universidade (09.03.23).  
80 **Manifestação da CODAGE:** o impacto dessa despesa em termos do nível de  
81 comprometimento dos repasses do Tesouro do Estado com pessoal previsto na  
82 LOA seria de 1,19%. Porém, considerando o valor já realizado da folha de  
83 pagamento, o ritmo das contratações e do pagamento do plano de saúde, o nível  
84 de comprometimento com pessoal, ao final do exercício corrente, será de  
85 81,45% em contraposição ao valor inicial previsto de 81,29% no Orçamento  
86 Geral da Universidade, resultando em um impacto estimado de 0,16% em 2023  
87 (10.03.23). **Parecer PG. P. nº 10042/2023:** esclarece que a principal distinção  
88 da Resolução nº 5483/2008 (atualizada pela Res. nº 6309/2012) diz respeito ao  
89 procedimento para concessão do Prêmio, que por um lado passa a prescindir da  
90 instituição de Comissão Gestora a cada edição, mas por outro garante que todos  
91 os aspectos sejam avaliados pelos colegiados centrais, até aprovação final pelo  
92 Conselho Universitário, instâncias nas quais se exerce a representação das  
93 diversas categorias e se representam foros amplos de debates. Esclarece,  
94 ainda, que o Prêmio proposto não consiste em abono, não tem natureza salarial,  
95 não consubstancia gratificação de produtividade, nem se incorpora aos  
96 vencimentos, tratando-se, apenas, de Prêmio sobre o qual a Universidade tem  
97 liberdade para definir critérios de concessão, desde que claros e objetivos, como  
98 é o caso da presente proposta. Manifesta que, tendo havido participação da PG  
99 na elaboração da minuta de Resolução, não vislumbra óbices do ponto de vista  
100 jurídico-formal (14.03.23). **Parecer da COP:** aprova o parecer da relatora,  
101 favorável à instituição do Prêmio de Desempenho Acadêmico Institucional USP  
102 nas condições em que está sendo apresentado e à concessão no ano de 2023

103 (14.03.23). **Parecer da CAA:** manifesta-se favorável à instituição do "Prêmio de  
104 Desempenho Acadêmico Institucional USP" e a sua concessão no exercício de  
105 2023 (15.03.23). **Parecer da CLR:** aprova o parecer do relator, favorável à  
106 minuta de Resolução que institui o Prêmio Desempenho Acadêmico Institucional  
107 USP (15.03.23). **1.2 - PROCESSO 2023.1.2159.1.0 - UNIVERSIDADE DE SÃO**  
108 **PAULO.** Minuta de Resolução que institui Gratificação de Valorização, Retenção  
109 e Permanência (GVRP). Memorando do M. Reitor, Prof. Dr. Carlos Gilberto  
110 Carlotti Junior, ao Procurador Geral da USP, Prof. Dr. Marcelo José Magalhães  
111 Bonizzi, encaminhando a proposta de criação de Gratificação de Valorização,  
112 Retenção e Permanência (GVRP), motivada pela importância de valorização do  
113 vínculo dos servidores docentes e técnicos e administrativos, bem como pela  
114 necessidade de estímulo e retenção desses talentos nos quadros da  
115 Universidade, frente à disputa com o mercado privado e com oportunidades no  
116 exterior. A gratificação destina-se aos docentes e servidores técnicos e  
117 administrativos que ingressaram nos quadros da USP nos últimos 20 anos, cuja  
118 disparidade salarial em relação aos mais antigos é sensível, nos termos dos  
119 dados apresentados (09.03.23). **Manifestação DRH/CODAGE:** para a proposta  
120 de distribuição dos valores apresentados na minuta de resolução, o impacto  
121 orçamentário é de R\$ 107.583.000,00, que corresponde a um impacto de 1,42%  
122 em termos do nível de comprometimento dos repasses do Tesouro do Estado  
123 com pessoal previsto na LOA 2023 (10.03.23). **Parecer PG. P. nº 10043/2023:**  
124 manifesta que havendo competência das Universidades para gerir o seu  
125 orçamento e criar gratificações - como é o caso, por exemplo, da já existente  
126 gratificação por atividade de convênio estabelecida pelo artigo 22 do Estatuto do  
127 Docente (Resolução 7271/2016), os princípios da legalidade, da publicidade, da  
128 isonomia e da moralidade (art. 37, caput, da Constituição Federal) demandam  
129 que essa competência seja exercida por meio da edição de norma - no caso,  
130 Resolução - que fixe de forma objetiva tanto os critérios de concessão quanto os  
131 valores e, especialmente, a motivação que permeia a iniciativa. Embora não  
132 caiba à Procuradoria Geral adentrar no mérito dos referidos critérios e  
133 manifestações técnicas, cabe constatar, não obstante, que a instrução  
134 processual contempla todos esses requisitos. Inexistindo, portanto, óbices sob o  
135 ponto de vista jurídico-formal, entende pela possibilidade de que se dê  
136 seguimento ao feito, tramitando-se a proposta pela COP, CLR e, por fim, pelo

137 Conselho Universitário (14.03.23). **Parecer da COP:** aprova o parecer da  
138 relatora, favorável à criação da Gratificação de Valorização, Retenção e  
139 Permanência e à concessão no ano de 2023 (14.03.23). **Parecer da CLR:**  
140 aprova o parecer do relator, favorável à minuta de Resolução que institui  
141 Gratificação de Valorização, Retenção e Permanência (GVRP) (15.03.23). **M.**  
142 **Reitor:** “Temos duas minutas de Resolução: a minuta que institui o Prêmio  
143 Desempenho Acadêmico Institucional e a minuta que institui a Gratificação de  
144 Valorização, Retenção e Permanência. Como os itens estão relacionados na  
145 discussão, minha sugestão é que façamos a abertura dos dois, e todo mundo  
146 pode comentar os dois, favorável ou contra um ou outro, mas façamos uma  
147 discussão conjunta e depois fazemos a votação separada dos dois itens. Vamos  
148 dar início às inscrições. Vou ler um texto que preparei para esse assunto e  
149 enquanto isso a Professora Marina vai tomar as inscrições, para que possamos  
150 ir para etapas posteriores. ‘Consciente da responsabilidade que o cargo de  
151 Reitor da Universidade de São Paulo exige, dirijo-me a este Conselho  
152 Universitário para explicitar propostas desta gestão que hoje serão submetidas  
153 à apreciação deste colegiado. Relembramos que, desde o início da gestão,  
154 assumimos o compromisso de valorizar as pessoas que compõem a comunidade  
155 Uspiana, docentes, servidores técnicos e administrativos e estudantes. Esse é  
156 dever inegociável desta gestão reitoral. Muitas das realizações de nossa gestão  
157 até o momento foram pautadas por princípios baseados na responsabilidade  
158 institucional, o que é um pressuposto exigido pelo cargo e requer o respeito à  
159 legalidade e às diretrizes orçamentárias. A estabilidade financeira da USP, tão  
160 duramente conquistada, é condição para a valorização da comunidade  
161 universitária. Sabemos que o respeito às regras vigentes é garantia  
162 imprescindível da autonomia universitária e requisito para projetar um futuro  
163 seguro. Considerando tais parâmetros, várias medidas foram adotadas desde o  
164 início da gestão: primeiro, reajuste de 20% dos salários em 2022; segundo,  
165 abertura de 876 claros docentes para os anos de 2022 a 2025, o que permitirá  
166 às Unidades retornar ao patamar do número de docentes de 2014; abertura de  
167 400 vagas para contratação de técnicos e administrativos para os anos de 2022  
168 e 2023, após um período de quase dez anos de ausência de contratos; abertura  
169 imediata de 178 vagas para servidores técnicos e administrativos em  
170 substituição aos que se afastaram da Universidade em 2022; reajuste dos

171 valores dos cartões VR em 25,9% e VA em 28,57% já em 2022; destinação de  
172 verba para o programa Auxílio-Saúde USP, recém-criado também agora em  
173 2023; aumento de 118% do auxílio para permanência estudantil em 2023,  
174 quando comparado a 2022; criação do programa USP Diversa, que destina  
175 trezentas bolsas mantidas por instituições externas. Algumas dessas realizações  
176 têm caráter universal, outras são particulares, porque são dirigidas a grupos  
177 específicos. No âmbito dessas iniciativas, estamos propondo o Prêmio  
178 Desempenho e o de Gratificação, Valorização, Retenção e Permanência, postos  
179 agora em discussão, que poderão fazer parte das medidas de valorização das  
180 carreiras de docentes e servidores técnicos e administrativos, se aprovados.  
181 Essas não representam as únicas medidas de incentivo às carreiras que a atual  
182 gestão pretende apresentar a este Conselho Universitário. Como foram definidas  
183 as propostas? O prêmio que estamos apresentando está previsto na legislação  
184 da USP. A sua razão resulta da ótima performance acadêmica da Universidade,  
185 demonstrada por avaliações internacionais, como por exemplo, pelo aumento do  
186 número de pesquisadores da USP citados como mais influentes no mundo  
187 científico, que evoluiu de 4% em 2018 para 9% em 2022. Nacionalmente, ocorreu  
188 um aumento do número de programas de pós-graduação classificados como de  
189 excelência pela CAPES. É importante destacar que a porcentagem de  
190 programas de doutorado da USP, cujas notas são 5, 6 e 7, passou de 74% para  
191 84% no último quadriênio, enquanto, comparativamente, a média brasileira foi  
192 de 32%. E se considerarmos apenas os programas 6 e 7, um incremento foi de  
193 41% para 52%. Chamamos atenção para o fato de que esses resultados  
194 ocorreram numa conjuntura nacional extremamente desfavorável para a ciência  
195 e a vida universitária. Tudo isso justifica a instituição desse prêmio que está  
196 sendo proposto, no valor de R\$ 5.000 para todos os docentes e servidores  
197 técnicos e administrativos em atividade, por reconhecer que todos eles  
198 contribuíram para esse desempenho, sem nenhuma distinção. Quanto à  
199 Gratificação, Valorização, Retenção e Permanência, a proposta tem como  
200 objetivo efetivar a decisão do Conselho Universitário, que aprovou, em 21 de  
201 junho de 2022, Diretriz de Investimentos que inclui o 'apoio a novos docentes',  
202 no valor de R\$ 100 milhões, quando se referendou o projeto da Reitoria para  
203 valorizar a carreira docente. O acolhimento da proposta pelo Co teve setenta e  
204 sete votos favoráveis e três votos contrários e uma abstenção. Esse montante

205 corresponde apenas a cinco por cento do valor total do plano de investimento  
206 então votado, que incluiu dispêndio para a saúde, recuperação predial, expansão  
207 dos espaços de ensino e pesquisas, e ainda mudança no perfil energético da  
208 Universidade. Tal medida visa evitar a fuga de cérebros. É senso comum que  
209 talentos e vocações científicas são continuamente perdidos para outras  
210 instituições do Brasil e do exterior. Das demissões docentes havida em período  
211 recente, setenta e cinco por cento ocorreram entre contratados nos últimos vinte  
212 anos. Para corrigir essas distorções, precisamos de medidas objetivas e  
213 factíveis, como as que apresentamos agora. Advertimos que a gratificação terá  
214 adesão voluntária e deverá ser devolvida à Universidade no caso do servidor  
215 solicitar exoneração nos próximos vinte e quatro meses. Por que a proposta está  
216 sendo apresentada nesse momento? No ano passado vivemos a quarentena da  
217 Lei Eleitoral. Em todas as reuniões desse Conselho, a representação docente  
218 tem demandado aprovação dos recursos aprovados para valorização da carreira  
219 docente. Reiteradamente temos informado que, tanto a CODAGE quanto a PG  
220 estavam concebendo uma proposta tecnicamente viável para ser apresentada a  
221 este Conselho. Hoje estamos tratando da implementação, por meio de  
222 procedimentos adequados, da decisão já tomada pelo Co. Salientamos que os  
223 recursos destinados aos docentes contratados nos últimos vinte anos são fruto  
224 de superávits atingidos em anos anteriores. Acrescentamos que a proposta inclui  
225 também os servidores técnicos e administrativos, o que não estava previsto na  
226 decisão do Co. Por entendermos que a importância de manter talentos refere-se  
227 também a essa categoria, para os quais serão utilizados recursos de projetos  
228 especiais alocados na Reitoria, segundo a previsão orçamentária de 2023. Em  
229 nenhum caso esse montante irá onerar, de forma permanente, a folha de  
230 pagamento. Portanto, não há risco de desequilíbrio financeiro decorrente dessas  
231 medidas. Adicionalmente, informamos que tal modalidade de gratificação  
232 respeita as normas legais e constitucionais vigentes. Estamos pensando no  
233 nosso futuro sem colocá-lo em risco, mesmo porque, respeitar as decisões do  
234 Conselho e projetar um futuro sustentável constituem parte da responsabilidade  
235 do Reitor. Nesse sentido, a gratificação destinada aos contratados nos últimos  
236 vinte anos deriva da constatação de que esse grupo vem tendo prejuízos  
237 significativos em suas carreiras, como a não incorporação de verbas resultantes  
238 de exercícios de funções acadêmicas e muitos ainda não puderam receber

239 quinquênios e sexta parte. A decisão de escalonar os valores a serem pagos e  
240 os intervalos de cinco anos para os docentes baseou-se no critério dos  
241 quinquênios. Para os servidores técnicos e administrativos, consideraram-se os  
242 últimos dez anos, uma vez que a Universidade desde então não deu  
243 continuidade à progressão na carreira, razão pela qual um grupo nunca teve  
244 oportunidade de ascender profissionalmente. Vistos em conjunto, somados o  
245 prêmio do desempenho e a gratificação, têm como referência os salários médios  
246 atualmente vigentes da Universidade. Encontramos, assim, a variação de 0,76  
247 para os servidores técnicos e administrativos de nível superior e 1,1 para os  
248 Professores Titulares, revelando que, quando os salários médios são tomados  
249 como parâmetros, obtém-se valores aproximados para as categorias.  
250 Reafirmamos que a aprovação da proposta representará a valorização das  
251 carreiras sem prejudicar a saúde orçamentária da Universidade, que é o pilar de  
252 nossa autonomia. Medidas estruturantes para as carreiras acadêmicas poderão  
253 ser discutidas internamente e com atores externos. Uma vez que elas poderiam  
254 ser concebidas como carreiras de estado, naturalmente, tal iniciativa demandará  
255 amplo debate, o que tornará a Universidade mais participativa na construção de  
256 políticas acadêmicas e científicas no âmbito do Poder Executivo e do Legislativo.  
257 Nunca é demais lembrar que modificações recentes das legislações tiveram  
258 tímida participação da Universidade. Temos consciência de que apenas com as  
259 medidas internas os efeitos negativos já estabelecidos não serão completamente  
260 superados, somente minimizados. Já estão em curso, pelo RH da USP, estudos  
261 para implementar, ainda neste ano, projeto voltado para a valorização da carreira  
262 de servidores técnicos e administrativos, e conseqüente progressão na carreira  
263 e valorização dos funcionários. A proposta inicial para discussão com a  
264 comunidade deverá ser apresentada ainda no primeiro semestre deste ano.  
265 Dada a complexidade do assunto, é preciso cuidado na sua concepção, a fim de  
266 evitar prejuízos futuros aos próprios servidores. Reconhecemos que o ideal teria  
267 sido avançar na apresentação do projeto. Nesse momento, então, nós nos  
268 comprometemos a apresentar uma proposta com a maior brevidade possível.  
269 Submetemos hoje à apreciação desse Conselho Universitário duas propostas:  
270 uma de valorização e reconhecimento do mérito voltada a toda a comunidade,  
271 docentes e servidores técnicos e administrativos, e outra de estímulo à  
272 permanência dos docentes e servidores técnicos e administrativos ingressantes

273 nos últimos vinte anos. O formato a elas conferido segue critérios técnicos e  
274 legais, tendo sido aprovado pelas Comissões Estatutárias CLR e COP, e que  
275 agora é trazido para apreciação desse Conselho Universitário, órgão decisório  
276 da USP, ao qual cabe constituir as políticas fundamentais a serem seguidas pela  
277 gestão reitoral. Reiteramos, pois, o nosso compromisso em valorizar esse  
278 Conselho como instância decisiva fundamental e não apenas como instância  
279 homologatória. A nossa expectativa é que a proposta seja debatida e votada  
280 segundo convicções pessoais e responsabilidades institucionais de seus  
281 membros. Para lembrarmos de situações por nós conhecidas, a proposta pode  
282 ser vista como um PIDV às avessas, pois aposta na valorização e na  
283 permanência das pessoas que compõem a comunidade da USP. Muito obrigado”  
284 **Palmas. Cons. Reinaldo Santos de Souza:** “Eu vou expressar aqui a posição  
285 da categoria de funcionários e funcionárias, definida em Assembleia. Da nossa  
286 categoria, o grosso da argumentação está na carta aberta aos membros do  
287 Conselho que enviamos por e-mail para aqueles que conseguimos e também  
288 distribuimos agora no início da sessão. Em primeiro lugar, acho que é preciso  
289 dizer que, de fato, há uma expectativa muito grande de valorização e de  
290 reposição das nossas perdas salariais. No âmbito do Fórum das Seis, já temos  
291 cálculos que apontam que os nossos salários, se comparados ao que eram em  
292 maio de 2012 - portanto nos últimos onze anos - estão defasados em cerca de  
293 26% e estarão, em maio deste ano, em cerca de 26%. Pode haver alguma  
294 diferença, dependendo do índice inflacionário que se utiliza, mas vai ficar mais  
295 ou menos nessa variação. O que significa que nos últimos onze anos, é como  
296 se nós tivéssemos trabalhado dezoito meses sem receber, em face das perdas  
297 que houve no salário. De forma que é necessário, sim, uma política que reponha  
298 essas perdas. Os 20,67% do ano passado repôs uma parte delas, mas ainda há  
299 uma parcela a ser repostas. Além disso, temos também uma preocupação com a  
300 valorização dos salários, particularmente daqueles níveis salariais mais baixos  
301 das nossas carreiras. Nós, por exemplo, no âmbito do Fórum das Seis, temos  
302 propostas diferentes para o grupo de docentes e de funcionários. No caso de  
303 funcionários, a nossa proposta seria de um valor fixo incorporado ao salário, o  
304 mesmo valor para todo mundo, mas que impacta principalmente nos menores  
305 salários e que faria com que o piso da nossa categoria voltasse a ser de três  
306 salários mínimos, que era um patamar que a gente conquistou quando houve a

307 implantação da carreira nos anos 80, depois teve defasagens e voltamos a esse  
308 patamar em 2011, com a reestruturação da carreira, e hoje o piso da nossa  
309 categoria está em torno de dois salários mínimos, fruto também dessas  
310 defasagens nos últimos tempos. Então, essas são questões ligadas à  
311 valorização salarial, que é muito importante enfatizarmos, porque, obviamente,  
312 essas propostas de gratificação e de prêmio não respondem a isso, e esperamos  
313 que elas não impactem também, como argumento depois na campanha salarial,  
314 porque nós estamos chamando, inclusive os nossos trabalhadores, a seguirem  
315 atentos e mobilizados, caso seja necessário, para conseguirmos essas  
316 conquistas que, na verdade, não são nem exatamente conquistas e sim  
317 reposição das nossas perdas. Há todo um capítulo à parte sobre carreira e eu  
318 concordo que é um tema complexo, porque a carreira não é necessariamente  
319 para todo mundo, mas é fato que a carreira de funcionários já está há dez anos  
320 parada e o funcionário que entra na Universidade não tem nenhuma perspectiva,  
321 porque não há critérios claros e objetivos, não se sabe como evoluir ao longo do  
322 tempo. A maioria não evolui, inclusive, e isso é algo que atinge os funcionários  
323 que entraram nos últimos vinte anos, mas também quem já estava antes. Temos  
324 casos - vários casos - de funcionários de muito tempo de casa que nunca  
325 conseguiram ter uma progressão vertical, por exemplo, na carreira. Feitos esses  
326 registros sobre as propostas em pauta, inegavelmente, particularmente a  
327 proposta de gratificação, gerou muita polêmica entre os trabalhadores e  
328 trabalhadoras da Universidade. Em primeiro lugar, pela disparidade de valores  
329 propostos para os docentes e para os funcionários enquadrados no critério dos  
330 últimos vinte anos: seis vezes mais. E não há nenhuma justificativa razoável, a  
331 própria Resolução não justifica o porquê desta disparidade de valores. Agora, na  
332 entrevista de ontem do Reitor para o jornal da USP e agora também na abertura,  
333 a justificativa é uma justificativa formal, porque seria algo do que já foi aprovado  
334 no orçamento, mas sabemos que a USP tem reservas, que teve a sobra  
335 orçamentária dos dois bilhões de reais que foi votado aqui, provavelmente vai  
336 ter mais uma outra do último ano também. Então, se é uma questão  
337 orçamentária, isso poderia ser reapresentado aqui e os valores serem  
338 isonômicos. Diante disso, a nossa categoria, que se expressou na nossa  
339 Assembleia, que está expressa nessa carta e em várias cartas de várias  
340 Unidades que fizeram cartas também, de forma espontânea, como a FCF, o ICB,

341 a Faculdade de Educação, a FEA de Ribeirão Preto, o IEA, enfim... São as que  
342 recebemos e que entreguei nas mãos do Reitor, reivindicam, em primeiro lugar,  
343 um valor isonômico, porque não há nenhuma justificativa para essa disparidade  
344 de valor que não seja elitismo. Em segundo lugar, principalmente para os  
345 funcionários da Universidade dos últimos vinte anos, não faz nenhum sentido  
346 esse critério de 2003. E isso vai excluir dois terços da nossa categoria, apenas  
347 um terço vai receber, caso essa proposta seja aprovada tal como está. Então,  
348 para finalizar, reivindicamos um valor isonômico para todos e que não tenha esse  
349 corte de quem entrou nos últimos vinte anos. Eu não sei como vai ser o  
350 encaminhamento, porque se o encaminhamento for sim ou não à proposta da  
351 Reitoria, fica difícil. Poderemos propor adendos? Se puder propor, esses são os  
352 adendos que propomos.” **Cons.<sup>a</sup> Bárbara Della Torre:** “Gostaria também de  
353 levantar alguns elementos da discriminação que existe nessa proposta  
354 apresentada pela Reitoria. Mas antes disso, começo retomando que nós,  
355 funcionários da USP, temos três representantes neste Conselho, em um  
356 universo de mais de cem pessoas, recebemos essa documentação há sete dias,  
357 demos ampla divulgação para nossa categoria para poder fazer as discussões,  
358 as análises e avaliações dessa proposta e estou colocando isso por quê? Os  
359 funcionários não têm representação na CLR, não têm representação na COP e  
360 mesmo se tivessem uma representação, tal qual a gente tem aqui no Conselho  
361 Universitário, é insignificante, ou seja, que fique claro mais uma vez: isso não é  
362 novidade, mas que fique claro mais uma vez que não há democracia dentro da  
363 Universidade, não há disposição de debate, não há disposição de ouvir o que as  
364 três categorias aqui dentro da Universidade pensam sobre isso. E é preciso  
365 retomar de onde vem esse orçamento que hoje está acumulado aqui na USP e  
366 permite essa proposta mentirosa de valorização do corpo docente e dos  
367 funcionários não docentes. Vem justamente de anos de arrocho salarial, não  
368 contratação, não investimento na infraestrutura da Universidade, corte de bolsas  
369 dos estudantes, de financiamento da educação pública, que por outro lado, aqui  
370 dentro da Universidade, durante a pandemia, foi possível economizar. Então,  
371 essa é a condição que hoje, fruto da sobrecarga de trabalho, seja do corpo de  
372 funcionários não docentes, mas dos docentes também, que hoje estão em salas  
373 lotadas ou faltam disciplinas, falta estrutura também para dar aula. É em base a  
374 isso que se conseguiu acumular esse dinheiro, ou seja, esse dinheiro já é dos

375 próprios trabalhadores, ainda é dos estudantes também. Estou colocando isso  
376 daqui, porque depois vir aqui ouvir uma proposta, que diferencia sem dar  
377 nenhuma justificativa plausível, nenhum argumento forte, a menos que se o  
378 único argumento que está por trás de tudo isso é o elitismo que existe dentro  
379 dessa Universidade, que valoriza os trabalhos intelectuais em detrimento do  
380 trabalho manual dentro da Universidade. É isso que está por trás e eu acho  
381 bastante perigoso. Acho que o Professor Adrian colocou na carta dele à  
382 congregação, bastante perigoso e muito semelhante ao que o Tarcísio vem  
383 fazendo no governo estadual no grupo de trabalho sobre a reforma  
384 administrativa. O questionamento que essa proposta traz aos trabalhadores que  
385 recebem o quinquênio e a sexta parte. Isso é parte da valorização real, de uma  
386 valorização real, porque é incorporada aos salários e não uma valorização que  
387 é um bônus que chega em um mês e depois não tem sequência. Então, queria  
388 também destacar essa diferenciação e questionar se o Reitor vai começar a  
389 questionar daqui pra frente o quinquênio e a sexta parte, assim como a proposta  
390 de reforma administrativa vem discutindo. A outra coisa, o Reinaldo já colocou  
391 aqui, qual é a proposta dos trabalhadores em relação a isso e em relação à  
392 gratificação. Mas queria trazer aqui um outro questionamento, agora dirigido à  
393 Vice-Reitora, Professora Maria Arminda, que no último Conselho Universitário  
394 fez uma saudação às mulheres dessa Universidade e incluiu dentro da sua  
395 saudação as trabalhadoras terceirizadas. Por que as trabalhadoras terceirizadas  
396 não estão dentro do prêmio? Vocês sabem, imagino que vocês nas Unidades  
397 de vocês convivem com trabalhadoras terceirizadas que hoje limpam a Unidade  
398 de vocês, um trabalho fundamental para vocês chegarem e darem aula, os  
399 estudantes para terem aula. Elas trabalham aqui há mais de cinco, dez, quinze  
400 anos, tem trabalhadoras de dezenove anos que eu conheço pessoalmente aqui  
401 nas unidades, dentro do Hospital Universitário tem trabalhadoras no arquivo que  
402 trabalham a mais de 10 anos, eles estão ou não construindo essa Universidade?  
403 O que explica os terceirizados ficarem de fora? Argumentos como ‘a  
404 responsabilidade desses trabalhadores é da empresa e não da USP’, não  
405 convencem, porque quando esses trabalhadores ficam sem salário, fazem  
406 greve, vêm aqui na Reitoria, na frente da Reitoria se mobilizar, a Reitoria sim dá  
407 um jeito para fazer com que a empresa pague. Ela é, sim, corresponsável,  
408 porque ela está escolhendo terceirizar e precarizar, e colocar esses

409 trabalhadores nas mãos dessas empresas que não respeitam os direitos dos  
410 trabalhadores. Então fica aqui esse questionamento que, além da desigualdade,  
411 da discriminação entre trabalhadores e docentes, há também discriminação  
412 entre trabalhadores efetivos e terceirizados, isso a gente não pode aceitar numa  
413 Universidade, ainda mais em um ano no qual começamos com trabalhadores  
414 sendo escravizados. A terceirização é a porta de entrada de escravização nesse  
415 país. E a gente não pode aceitar isso dentro da Universidade. Por isso, coloco  
416 aqui essa denúncia, esse questionamento à Professora Maria Arminda.” **Cons.**  
417 **Samuel Ribeiro Filipini**: “Primeiramente, gostaria de fazer uma manifestação  
418 sobre a questão do Prêmio de Desempenho Acadêmico, que foi discutido por  
419 nossa categoria em nossas Assembleias e que aprovamos essa concessão do  
420 Prêmio, mas, infelizmente, sentimos que isso não é incorporado aos nossos  
421 salários. Mas, de qualquer forma, nossa categoria em nossas Assembleias  
422 aprova veementemente este prêmio por ser uma questão isonômica de valores.  
423 Gostaria, primeiro, antes de entrar na questão da gratificação, fazer uma  
424 consulta ao Reitor e a Vice-Reitora, pois nós pudemos receber o  
425 compartilhamento de duas manifestações de docentes diante o Jornal USP,  
426 gostaria de saber se seria viável também, se é possível, em algum momento,  
427 escutar nossa categoria, a categoria dos servidores técnicos e administrativos  
428 da USP. Sobre a questão da Gratificação, Valorização, Retenção e  
429 Pertencimento, como meus companheiros que me antecederam se  
430 manifestaram, há vários pontos contrários a essa discrepância, essa diferença  
431 de valores. Eu, enquanto um dos representantes da categoria, recebi algumas  
432 menções, algumas manifestações de Unidades. Gostaria de mencionar aqui a  
433 manifestação do Instituto de Física de São Carlos. Foi feita uma enquete entre  
434 os servidores técnicos e administrativos desse corpo administrativo do IFSC, e  
435 tiveram 82 votantes participantes, dentre eles, foi aprovado em peso a questão  
436 do prêmio de desempenho acadêmico institucional e nós tivemos parte desse  
437 percentual, um percentual sobre a gratificação no qual 72% não aprovam a  
438 gratificação da maneira pela qual está sendo proposta e 27% sim. Vou fazer a  
439 leitura rapidamente de uma carta da Faculdade de Economia, Administração e  
440 Contabilidade de Ribeirão Preto que recebi e pediram para fazer a leitura aqui:  
441 ‘Nós, servidores técnicos administrativos da FEARP, muito respeitosamente,  
442 manifestamos nossa indignação e insatisfação diante da proposta de

443 Gratificação, Valorização, Retenção e Permanência constante no processo  
444 2023.1.2159.1.0. Menciona-se a importância do reconhecimento e valorização  
445 do vínculo dos servidores, docentes e técnicos e administrativos com a  
446 Universidade, a necessidade de retenção de talentos e a relevância do estímulo  
447 aos docentes e servidores técnicos e administrativos que ingressaram mais  
448 recentemente. Entretanto, exclui de forma preconceituosa os servidores mais  
449 antigos que alcançaram remuneração superior pelo tempo, pelos benefícios, os  
450 quais os mais jovens receberão ao longo do seu tempo da casa e ainda pelas  
451 regras de critérios de evolução criados pela própria Universidade. Não informa  
452 quais os critérios utilizados para definição dos valores de gratificação destinado  
453 aos servidores técnicos e propõe uma distinção de quinhentos por cento entre a  
454 categoria. Não reconhece há anos a necessidade de dar continuidade aos  
455 processos de avaliação de desempenho e o processo de carreira dos servidores  
456 não docentes. No momento em que a Universidade fala tanto de políticas  
457 inclusivas, de transversalidade, equidade, interseccionalidade, apresenta uma  
458 proposta extremamente segregadora e desigual. Diante do exposto, propomos  
459 que a Gratificação em Valorização, Retenção e Permanência, seja pautada por  
460 uma base isonômica entre as categorias de funcionários dessa Universidade. E  
461 cada um, em sua atividade, desempenha o seu papel e que não haja segregação  
462 discriminatória e tomada pelo etarismo.’ Nós temos também uma manifestação  
463 que foi veiculada pela Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto.  
464 Como ela é um pouco extensa e eu estou no final do meu tempo, gostaria apenas  
465 de ler a conclusão dessa carta. ‘Diante do exposto, vimos solicitar aos  
466 representantes do Conselho Universitário, tanto os das Diretorias quanto os  
467 Representantes da Congregação, ambos eleitos por assembleia e colegiados  
468 compostos por todas as categorias, e que nisso que nós depositamos sua  
469 confiança, que solicitem a retirada de pauta dessa gratificação para amplo  
470 debate por toda comunidade. Em caso de não retirada de pauta, que a votação  
471 seja aberta e nominal para que todos tenham conhecimento de como votou cada  
472 membro do Co.’” **Cons. Paulo Martins:** “Venho para elogiar efetivamente a  
473 disposição da Reitoria em conceder o Prêmio de Desempenho Acadêmico  
474 Institucional, que foi muito bem esclarecido pelo Reitor com a indicação dos  
475 *rankings*, do desempenho em relação à avaliação da CAPES, etc. Quero dizer  
476 que realmente todo esse desempenho se deve aos professores e funcionários

477 da Universidade, pelo que não tenho nenhum motivo para discordar da sua  
478 concessão. Com relação à instituição da Gratificação de Valorização, Retenção  
479 e Permanência, também não tenho nada. Entretanto, se for possível, gostaria de  
480 fazer um pequeno destaque. Diz a Resolução que isso visa, de certa forma,  
481 valorizar aqueles que ingressaram em 2003. Porém, em uma data que para mim  
482 causou espécie. Por que 20 de março? Pelo que sei, 2003 começa no dia 1º de  
483 janeiro. Então, nesse sentido, pediria esse destaque de mudança de data,  
484 porque aqueles que entraram antes de 20 de março estão na mesma situação  
485 daqueles que entraram depois. Nesse sentido, a colocação da data no início do  
486 ano, permite que a instituição dessa gratificação se torne mais justa. Ao mesmo  
487 tempo, não vejo um comprometimento tão grande na inclusão desses  
488 profissionais dentro dessa gratificação. No caso da Faculdade de Filosofia, por  
489 exemplo, são sete professores. Sete professores que, ao contrário daqueles que  
490 irão receber a gratificação por terem entrado em 2003, não receberão. Não me  
491 parece muito justo e isonômico que isso não seja concedido também a essas  
492 pessoas que trabalham pela USP, que construíram suas carreiras aqui e que  
493 têm todo direito de serem gratificados pelo seu trabalho, sendo valorizados com  
494 essa gratificação tão importante.” **M. Reitor**: “A Resolução fala em 20 anos, e  
495 não em 2003. O 2003 aparece quando se faz a subtração, como estamos em  
496 março, cai em março. A impressão que tenho é que, se formos para o começo  
497 de 2003, vamos fazer a mesma coisa com quem é de dezembro de 2002, ou  
498 novembro, enfim. Tinha que haver uma data, e sempre se terá um dia seguinte  
499 e um dia anterior.” **Cons. Paulo Martins**: “Entendi. É que não me parece  
500 relevante a questão de 20 anos e um mês, ou 20 anos e dois meses, ou 20 anos  
501 de três meses. Se estabelecermos o critério de 2003, fica mais justificável o  
502 prêmio. Enfim, se couber esse destaque, estou apresentando.” **M. Reitor**: “Só  
503 para lembrar a todos que esses documentos foram muito bem analisados pela  
504 CODAGE e pela Procuradoria Geral. Não quero entrar em detalhes, mas houve  
505 muita insistência da Procuradoria por esses 20 anos, para utilizarmos esse  
506 critério e não 2003. Porque não queremos que esse processo seja relacionado  
507 com nenhuma outra legislação que depois possa, eventualmente, enfraquecer a  
508 nossa justificativa. Essa mudança enfraqueceria muito nossa justificativa, e acho  
509 que teríamos problemas se fizéssemos uma modificação desse tipo. Mas é uma  
510 opinião pessoal.” **Cons.<sup>a</sup> Giulia Araujo Castro**: “Sou estudante de Ciências

511 Atuariais na FEA, fui presidenta do Centro Acadêmico no ano passado. Vim  
512 levantar alguns pontos que levantamos no movimento estudantil, para trazer a  
513 visão dos estudantes sobre tudo isso. Primeiramente, é muito importante para a  
514 USP ressaltarmos as políticas afirmativas para docentes e funcionários, para  
515 retenção de talentos e bons professores. Sendo da FEA, que é uma Unidade  
516 que sofreu com o advento de muitas faculdades particulares, penso que essas  
517 ações ajudam a mantermos esses professores. Nos últimos anos perdemos  
518 muitos docentes para esses locais, atraídos por salários maiores e outros  
519 benefícios. Para mim, é essencial termos essas políticas afirmativas e de  
520 gratificação. Mas, mesmo entendendo a boa vontade da Reitoria, há algumas  
521 coisas na proposta que nos incomodaram. Primeiramente, salta aos olhos a  
522 grande diferença entre a premiação dos docentes e dos servidores técnicos e  
523 administrativos. Essa diferença nos incomodou muito mesmo. Quando a  
524 Universidade vai parar de deixar em segundo plano os funcionários e alunos,  
525 sempre valorizando muito mais os professores? Sem os funcionários, não  
526 teríamos sala para ter aula, não teríamos alunos matriculados, nem essa  
527 preciosa burocracia que vivemos nesse espaço. E para mim nada justifica essa  
528 grande diferença. Outra coisa que nos incomoda, é como esse prêmio será  
529 repassado para os docentes e funcionários. Além da questão da data, já  
530 comentada, tem outro ponto. Temos vários professores que com certeza  
531 receberão o valor integral dessa gratificação, mas que não entregam nada na  
532 sala de aula. Tenho um professor que está há 10 anos utilizando a mesma prova,  
533 com os mesmos erros ortográficos, com os mesmos erros de exercício. Não  
534 queremos ter professores assim, queremos professores que entregam na sala  
535 de aula. Que nos instiga a pesquisar, a fazer perguntas, a participar da aula. Não  
536 queremos professores que ficam lendo livros didáticos, porque isso eu sei fazer.  
537 Então, se vamos criar prêmios para reter essas joias da Universidade, que sejam  
538 as joias que se dedicam a seus cursos, aos Institutos, à USP em si. Faço  
539 faculdade particular e sei da grande diferença que é um professor que recebe  
540 gratificação pelo seu desempenho em sala de aula, que está constantemente  
541 sendo avaliado, com um professor daqui, que está há 30 anos confortável na sua  
542 cadeira, não muda o seu curso, não debate com os estudantes, não oferece  
543 aulas que nos instigam e que recebem altos salários. Por último, se tem tanta  
544 verba assim, precisamos muito contratar mais docentes, principalmente para os

545 cursos que estão hoje aqui na porta. O pessoal da obstetrícia, da EACH, está  
546 aqui protestando, pedindo professores, porque querem ter aula, eles não têm  
547 garantia que o curso vai existir no semestre que vem. Precisamos contratar mais  
548 professores. Sei que já aprovamos isso nesse Conselho, mas precisamos cuidar  
549 desses cursos que estão com perigo de fechar. Tem também o curso de Letras,  
550 na FFLCH, que possui alguns departamentos com risco de fechar, entre outros.  
551 Portanto, já que temos tanta verba sobrando, temos que cuidar desses  
552 professores e contratar mais professores. Por último, a questão da permanência  
553 estudantil, que está bem complicada, como o senhor deve estar acompanhando.  
554 Mas dado o avançar do meu tempo, comentarei depois.” **Cons. Marcilio Alves:**  
555 “O primeiro registro que gostaria de fazer é sobre nossa lista. No momento,  
556 enquanto está tendo a reunião, recebi mais de 50 e-mails, indicando que a lista  
557 está sendo sucesso e um meio de demonstrar a opinião de vários professores,  
558 no caso, os titulares. Fico muito contente com isso. Dentre os que se  
559 manifestaram, a imensa maioria dos titulares é a favor de ambas as propostas,  
560 ambas as Resoluções. Muitos não vão se beneficiar completamente, mas  
561 mesmo assim se manifestaram a favor. Então, isso me dá bastante tranquilidade  
562 de votar a favor dessas minutas. Tenho apenas algumas observações. A  
563 primeira é uma atenção à unificação da linguagem nas duas minutas. Existe  
564 sempre uma confusão entre servidores docentes, docentes e servidores,  
565 docentes e técnicos e administrativos. Acho que precisa fazer uma unificação  
566 desses termos para que o documento fique mais aperfeiçoado. De igual modo,  
567 no artigo 10 da minuta desempenho acadêmico, está escrito 'sujeito à aprovação  
568 do Co', talvez deva ser especificado se é por maioria simples ou por maioria  
569 qualificada. Está vago. Outra coisa, em ambas as minutas - uma no artigo quinto  
570 e outra no artigo quarto - exclui do direito de receber o prêmio e a gratificação,  
571 aqueles que receberam alguma penalidade administrativa. Enxergo que quando  
572 se repete isso para uma segunda situação, que seria o caso dessas  
573 gratificações, é como se estivéssemos aplicando uma punição dupla ao  
574 professor. Além disso, esse professor, que foi eventualmente punido no  
575 passado, cooperou durante o período com a produção da Universidade, tendo  
576 talvez alguma chefia, questões burocráticas etc. Por isso acho que isso deveria  
577 ser revisto nesse texto, para evitar essa dupla punição. Também sou favorável  
578 à proposta do Professor Paulo, de retroagir essa data para o primeiro dia do ano,

579 porque facilita, inclusive, a lembrança em dizer que todos que entraram em 2003  
580 têm direito a essa gratificação.” **Cons. Letícia Veras Costa Lotufo:** “Trago a  
581 posição da Congregação do ICB, porque tivemos a preocupação e a  
582 oportunidade de nos reunirmos ontem para tratar da pauta do Conselho de hoje.  
583 Algumas coisas já foram discutidas aqui, mas é importante destacar a  
584 preocupação da nossa Congregação com a retomada do plano de carreira dos  
585 funcionários. A título de sugestão, porque entendemos que na apresentação  
586 dessa proposta, tivemos algumas lacunas de comunicação, como por exemplo,  
587 quando vem o esclarecimento do plano de gratificação que está sendo proposto,  
588 não há um estudo como foi apresentado para os docentes e para a categoria dos  
589 servidores não docentes. Então, creio que algumas coisas foram contribuindo  
590 para aumentar a falha de comunicação que cremos ter havido. Manifestamos a  
591 preocupação para retomar o plano de carreira dos funcionários, é importante  
592 mencionar que já estamos tendo aqui mais esclarecimentos sobre as datas e os  
593 valores, e como sugestão, esse estudo que está sendo feito para a retomada do  
594 plano de carreira dos funcionários, que a gente possa ter um acompanhamento  
595 mais contínuo, porque muitas vezes não temos tempo de analisar um  
596 documento, quando tão logo ele será deliberado no Conselho Universitário.”  
597 **Cons. Rodrigo Bissacot Proença:** “Os Associados têm uma expectativa  
598 gigantesca sobre esse Co. É claro que aprovamos e apoiamos a proposta do  
599 prêmio, e também a gratificação. Essas discussões - todos devem lembrar -  
600 foram trazidas a esse Co por todo o ano pela Professora Elaine Assolini; tinha  
601 uma apresentação com 4 slides para mostrar esses cortes dos 20 anos. Uma  
602 montanha de docentes no início com salários menores e depois isso vai decaindo  
603 violentamente. São muito diferentes as curvas se você separa dos 20 anos. Caso  
604 seja feito algum destaque, a representação votará a favor com o que propuseram  
605 os Conselheiros Paulo e Marcilio. A categoria é altamente a favor dessa  
606 proposta. Há que se lembrar que no ano passado foram aprovadas 39 moções  
607 na Universidade, e um dos pontos era fazer alguma coisa para sinalizar que se  
608 percebe a existência do problema. Essa é uma das grandes vitórias dessa  
609 gratificação, a Universidade perceber que existem diferenças. Participei de  
610 várias reuniões em Congregações, com grupos de docentes, uma professora da  
611 Enfermagem me disse uma vez para eu desistir, pois ninguém daria algum valor  
612 para quem está ganhando menos. Respondi que não aconteceria nada se a

613 gente desistisse. Então, é histórico que a Universidade sinalize enxergar que há  
614 problemas com o jeito como a folha é distribuída, isso desestimula os docentes  
615 e faz as pessoas acabarem deixando a Universidade, ou sequer entrando. Em  
616 relação ao comentário da representante discente, é exatamente isso, o salário  
617 de pós-doc se relaciona com docentes no meio da carreira, dependendo da  
618 Universidade. É muito difícil competir, como vou convencer o sujeito a ficar? O  
619 que se espera é uma reestruturação da carreira. Em 2013 falou-se muito sobre  
620 a carreira dos funcionários, que também apoiamos, mas é preciso lembrar que  
621 antes do desequilíbrio financeiro, em 2013, não tivemos reestruturação. Depois,  
622 passamos por todo esse período de arrocho sem nada, os docentes arcaram  
623 com todo esse prejuízo. Isso ficou lá atrás e parece que ficou meio esquecido,  
624 mas os docentes não esqueceram, recebo mensagens diariamente sobre isso.  
625 É claro que a gente parabeniza e reconhece o grande esforço que está sendo  
626 feito, peço que aprovelem essa gratificação, mas temos muita expectativa com  
627 relação a esse grupo de estudos que foi criado, para que alguma coisa seja  
628 apresentada em longo prazo. Também foi pedido muito que eu falasse para que  
629 essa iniciativa fosse mantida enquanto se faz os estudos sobre a carreira, como  
630 paliativo. Uma coisa que quero esclarecer: no início, por volta de 2018, um grupo  
631 chamado Docentes USP, com 130 pessoas que dedicam seu tempo a estudar  
632 esse problema, a primeira coisa que tentamos fazer foi na tabela base.  
633 Chamamos um professor da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, que é  
634 inclusive filiado ao SINTUSP, e perguntamos se não tinha como fazer essa linha  
635 fixa, e ele disse que não. Deixo esse relato. Peço, por favor, que seja aprovada  
636 essa gratificação, pois é uma grande expectativa dos docentes da Universidade.”

637 **Cons. Adrián Pablo Fanjul**: “Assim que as minutas chegaram, passei para  
638 todos os membros da Congregação e abri a possibilidade de comentários e  
639 opiniões. Em primeiro lugar, em ambas as propostas, quase todas as propostas  
640 explicativas coincidem na necessidade de que esses bônus não ofusquem o  
641 reajuste de salário na data base, pelo menos com a inflação. Posso dizer que a  
642 FFLCH tem uma diversidade ideológica muito grande e esse comentário veio de  
643 todos esses espectros. Sobre o Prêmio Desempenho, ele foi muito bem-vindo, e  
644 a Congregação tem uma proposta pontual: que ele seja estendido aos  
645 professores temporários que atuaram em 2022, já que o desempenho da USP  
646 medido para outorgar o bônus é o de 2022. Fizemos cálculo para ver quanto

647 representaria em relação ao que a Comissão de Orçamento e Patrimônio prevê  
648 na minuta para o bônus. Está escrito que a COP prevê que, sendo 18.016  
649 servidores - docentes e funcionários - o custo da concessão é de R\$  
650 90.000.080,00. Acrescentar os 392 temporários que atuavam em abril de 2022  
651 (último dado oficial que tenho), significaria apenas 2,17%, um valor de R\$  
652 1.960.000,00. O valor pode variar no máximo até R\$ 2,5 milhões, porque até o  
653 meio do ano podem ter entrado outros temporários. De fato, um ofício da  
654 Administração Central ao Fórum das Seis, enviado em janeiro, informa que em  
655 2022 foram contratados 110 temporários. A proposta é que essa extensão seja  
656 estudada na sua forma e viabilidade jurídica pela Procuradoria Geral e/ou pela  
657 Comissão de Legislação e Recursos, visando a uma resolução a ser submetida  
658 em outra sessão do Conselho. Não queremos intervir nessa sessão com essa  
659 discussão. Pedimos esse estudo e, em qualquer caso, uma explicação  
660 registrada, caso a PG encontre inviabilidade jurídica, porque o nosso interesse  
661 é expor isso aos membros da Congregação. A Congregação considera que seria  
662 justo, porque esses colegas temporários, que são bastante mal remunerados,  
663 foram muito importantes no ano de referência para que muitos cursos pudessem  
664 ser garantidos. Isso deu a possibilidade de outros indicadores de desempenho  
665 considerados pelo prêmio. Prova disso é que agora em que as possibilidades de  
666 contratação de temporários estão fortemente restringidas por lei, temos casos  
667 de cancelamento de turmas. Também convém lembrar, especialmente, que da  
668 mesma maneira que precisa haver gestos de solidariedade por parte de nós,  
669 docentes contratados antes de 2003, com os colegas que não têm aposentadoria  
670 integral, é necessário um gesto solidário de todos com esses colegas  
671 temporários mais desprovidos ainda de direitos. A respeito da gratificação, é um  
672 assunto muito mais polêmico. Há esta proposta que o Paulo já formalizou, de  
673 que se inicie em janeiro de 2003. Quero fazer um comentário, que pode soar  
674 como crítica, mas não que eu seja contra a gratificação. Com relação à data de  
675 partida, saiu completamente de cena a motivação previdenciária. E que essa  
676 desigualdade básica entre os docentes, aqueles que conservamos por enquanto,  
677 o direito à aposentadoria integral com paridade, e aqueles que o perderam com  
678 a reforma previdenciária de 2003. Esse não foi apenas o assunto central das  
679 moções aprovadas em congregações, a que se referiu o colega representante  
680 dos Associados, como foi o ponto de partida de toda essa discussão, e também

681 era o que aparecia como principal motivo de diferença em junho de 2022. Isso  
682 sai de cena. Então, qual é o critério? Se for a sexta parte, então teria que ser  
683 retroativo mais ou menos a outubro de 2001, que são os que agora não estão  
684 recebendo, porque lembremos que existiu a Lei Complementar 173.” **Cons.**  
685 **Paulo Alberto Nussenzveig**: “O tema hoje em discussão tem importância  
686 crucial para mim. Entre 2018 e 2022, apresentei a coluna Ciência e Cientistas na  
687 Rádio USP. Diversas vezes abordei a minha preocupação com o necessário  
688 estímulo aos mais jovens, para que não abandonassem a Ciência, a Academia,  
689 a atuação em Universidades que sofriam constantes ataques. É esse cientista  
690 colunista que se dirige hoje ao Conselho Universitário. Em 2021, apoiei a  
691 campanha do Prof. Carlotti e Prof.<sup>a</sup> Maria Arminda, à frente da chapa USP Viva,  
692 por reconhecer, nas suas propostas, a defesa de valores que mais prezo na  
693 Universidade. Em especial, estava o compromisso inequívoco com a atenção  
694 especial que deveria ser dedicada às pessoas mais jovens, dentre os preciosos  
695 recursos humanos que compõem a USP e garantem a sua excelência. No  
696 segundo e-mail enviado à comunidade, a chapa afirmou: ‘É fundamental  
697 valorizar aquelas e aqueles que estão em início de carreira. Discutiremos  
698 amplamente a valorização das carreiras, além de formas de atração de jovens  
699 talentos para a USP. Valorizar docentes que ingressaram recentemente será  
700 uma das nossas prioridades. Investir em pessoas é investir no futuro da nossa  
701 Universidade, na melhor tradução de ganhos à sociedade.’ Hoje, sob a liderança  
702 do M. Reitor e da Vice-Reitora, estamos aqui para apreciar uma proposta de uma  
703 forma, dentre outras, de honrar esse compromisso. A preocupação com a  
704 atração e retenção de talentos não é infundada. Ao longo dos últimos anos, os  
705 efeitos do minguante financiamento à Ciência no nosso país podem ser  
706 observados nos indicadores internacionais, como o Índice Global de  
707 Competitividade de Talentos, elaborado anualmente pelo Inseade, na Europa.  
708 Em 2014, o Brasil aparecia na 49<sup>a</sup> posição geral, entre 93 países e na 33<sup>a</sup>  
709 posição, tanto em capacidade de atração, quanto em retenção de talentos.  
710 Desde então, temos caído. Em 2020, éramos a posição 80 no geral entre 132  
711 países, 96 em atração e 70 em retenção. Matéria do jornal ‘O Tempo’, de 9 de  
712 junho de 2021, informa que os pedidos de visto de trabalho de brasileiros  
713 altamente qualificados nos Estados Unidos subiram 40% em 2019 e 2020, em  
714 comparação com o período de 2017 e 2018. E, 135%, em comparação com 2015

715 e 2016. Apenas em 2020, o crescimento foi de 10,5% em relação a 2019. O  
716 detalhe é que o total de pedidos desse tipo de visto nos Estados Unidos, de todas  
717 as nacionalidades, caiu 13% em 2020. Estamos exportando, gratuitamente, um  
718 dos maiores recursos que qualquer país dispõe, que é a inteligência. Se  
719 adicionarmos um investimento público feito na formação de pessoas altamente  
720 qualificadas, é ainda pior. Estamos pagando para nos livrar da nossa inteligência.  
721 Em pronunciamento de 1995, o Presidente, equivalente a Reitor, do Instituto de  
722 Tecnologia de Massachusetts, disse: 'O financiamento público do avanço do  
723 conhecimento técnico e científico é um investimento no futuro do nosso capital  
724 humano, pessoas e suas ideias. É um investimento no futuro da qualidade de  
725 vida, saúde e bem-estar da população.' Ele chamou a atenção para o fato de  
726 que a maioria das pesquisas realizadas nas Universidades são conduzidas por  
727 incansáveis estudantes de pós-graduação, aquelas pessoas talentosas que  
728 esperamos que continuem a sonhar com uma carreira universitária. Em suas  
729 palavras 'deixem-lhe assegurar que as luzes e os laboratórios, ardem bem tarde  
730 noite adentro.' Em 1960, um dos dois laureados com o Prêmio Nobel de Medicina  
731 foi Peter Brian Medawar, nascido em Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro.  
732 Além de ter sido um grande cientista, Medawar também foi um prolífico autor de  
733 livros sobre a atividade científica e sobre aspectos filosóficos da ciência. Nesses  
734 últimos anos, em que o conhecimento científico tem sido menosprezado, em  
735 diversas partes do mundo, e com a escassez de financiamento para a ciência no  
736 nosso país, o impacto dessa realidade sobre cientistas mais jovens causa  
737 especial preocupação. Um dos livros de Medawar tem o título 'Conselhos para  
738 um jovem cientista', publicado em 1979. Reproduzo um trecho aqui: 'Cientistas  
739 iniciantes devem buscar resistir, até descobrir se as recompensas de uma vida  
740 dedicada à ciência são suficientes para compensar as decepções e o trabalho  
741 duro que enfrentarão. Mas, se tiverem a boa fortuna de experimentarem o júbilo  
742 de uma descoberta e a satisfação de conduzirem um experimento especialmente  
743 delicado, uma vez que sintam aquilo que Freud chamou de 'sentimento  
744 oceânico', que é a recompensa por qualquer avanço real na nossa compreensão  
745 da natureza, então são fisgados para sempre, e nenhum outro modo de vida será  
746 suficiente.' É nossa responsabilidade, como membros mais experientes da  
747 comunidade acadêmica, trabalhar duro para que os nossos jovens possam  
748 experimentar esse sentimento oceânico. Para que sejam fisgados e queiram

749 permanecer aqui. Atrair, valorizar e reter novos talentos é crucial para preservar  
750 e ampliar a excelência da nossa Instituição. Os jovens desbravadores da  
751 interminável fronteira da ciência, conforme o título do célebre estudo, nos  
752 inspiram com as suas descobertas, e assim renovam as nossas convicções nos  
753 propósitos da Universidade.” **Cons. Maurício da Silva Baptista:** “Vim aqui para  
754 expressar a minha opinião sobre a Gratificação e algumas coisas que me  
755 incomodam. Sobre uma delas, especialmente, creio que deveríamos repensar.  
756 Incomoda-me o fato de termos que resolver uma coisa e propor algo que não  
757 tem quase nada a ver com o que temos que resolver, com a justificativa da  
758 dificuldade com a ALESP. Não entendo o suficiente para dizer algo a respeito,  
759 mas relevo. Porém, há algo que realmente está me incomodando e que, talvez,  
760 eu tenha que votar contra que é o fato de as justificativas para os funcionários  
761 serem completamente descabidas. Eles não têm nada a ver com o problema que  
762 há para os docentes. Como o Prof. Adrian comentou, para os docentes não é  
763 adequado esse período, mas para os funcionários, eles estão sem saber o que  
764 está acontecendo. Afinal de contas, por que um funcionário que entrou há 21  
765 anos não irá receber e o que entrou há 19 anos receberá? Não tem sentido. E  
766 não devemos aprovar algo que não tem sentido para um número de funcionários  
767 que equivale a  $\frac{2}{3}$  da nossa comunidade. Temos cerca de 12.000 funcionários.  
768 Serão muitos os que se sentirão injustiçados. Creio que temos que repensar isso  
769 que, realmente, está me incomodando, bem como a todos os funcionários com  
770 quem conversei. Estes funcionários se sentem injustiçados e não entendem por  
771 qual razão somente alguns receberão essa Gratificação. Uma vez que isso foi  
772 incluído na minuta, temos como ‘desincluir’? Algo precisa ser feito, pois está  
773 causando uma injustiça para um setor dessa Universidade que é muito  
774 importante. E não adianta falarmos que eles são importantes e aprovar algo que  
775 eles não entendem e que será injusto com eles.” **Cons.<sup>a</sup> Vera Lúcia Conceição**  
776 **de Gouveia Santos:** “Em nome da Congregação da Escola de Enfermagem,  
777 gostaríamos de acrescentar algumas reflexões que emergiram em nossa reunião  
778 de ontem, apesar dos resultados favoráveis a ambas as propostas, de Prêmio e  
779 Gratificação. Segundo suas palavras, M. Reitor, essa Gratificação não é uma  
780 modificação estruturante, mas apenas um meio de garantir a retenção dessas  
781 pessoas, por um tempo, enquanto a Universidade discute novos planos de  
782 carreira e a sociedade e os legisladores encontrem uma forma para valorizar

783 mais os quadros da Universidade. Entendemos que se trata de uma medida  
784 emergencial, tendo em vista a problemática vivenciada por uma parcela de  
785 docentes, que visa oferecer um estímulo e, talvez, a propiciar, paliativamente, a  
786 retenção, oferecendo um alento a essas pessoas que estão economicamente  
787 muito afetadas. Constatamos, no entanto, uma cisão marcante entre os grupos  
788 de docentes mais antigos e mais novos - o que se repete entre os funcionários  
789 técnicos e administrativos, em nossa Escola - deletéria do ponto de vista de  
790 identidade grupal. Esse fato foi retratado, por exemplo, na Congregação de  
791 ontem, quando obtivemos cinco votos contrários, oito abstenções e onze  
792 favoráveis, e quatro votos contrários, seis abstenções e dez favoráveis, ou seja,  
793 praticamente um empate, respectivamente, para o prêmio e para a Gratificação.  
794 Reconhecemos, como muitos colegas que hoje falaram aqui, que tais medidas  
795 paliativas não constituem políticas de carreira, salariais e de retenção docente,  
796 para os quais os esforços deveriam ser remetidos, ainda mais, quando se tem a  
797 data-base tão próxima. É premente que a Reitoria coloque na agenda a  
798 reestruturação das carreiras para os docentes e os servidores técnicos e  
799 administrativos, um plano de recomposição salarial para todos e um programa  
800 de retenção de talentos, como mecanismos para melhoria de atratividade e  
801 permanência nessa Universidade.” **Cons. Ivan França Júnior**: “Considero que  
802 estamos em um dilema ético, algo que não tem boa solução, pois temos um  
803 contexto mais amplo das reformas previdenciárias feitas pelo serviço público  
804 estadual. A situação que a Reitoria está tentando administrar são injustiças  
805 perpetradas a todos os servidores do serviço público estadual. Na Secretaria de  
806 Estado da Saúde, que eu conheço mais de perto, praticamente não há mais  
807 contratações, diferentemente da USP, nos últimos vinte anos, pois as  
808 Organizações Sociais ocuparam o espaço que era ocupado pelos profissionais  
809 da saúde, dentro da Secretaria. Lá, a gestão está totalmente privatizada. E aqui,  
810 não. Nesta data, discutimos esses temas na Congregação da Faculdade de  
811 Saúde Pública. E, para nós, está claro que se trata de um ‘remendo’, um ‘*bandaid*’,  
812 mas é o primeiro passo de uma política de reparação dos danos causados  
813 pelas reformas previdenciárias sucessivas que tivemos. Esse é o nosso ponto  
814 de vista, votaremos a favor, mas com a consciência de que é o primeiro passo  
815 de um processo de reparação.” **Cons. Alexander Turra**: “A Congregação do  
816 Instituto Oceanográfico discutiu amplamente essa questão e entendeu pelo voto

817 favorável às duas propostas. Mas, externou preocupações, muitas das quais já  
818 foram aqui externadas, as quais não irei repetir. Mas gostaria de trazer uma  
819 preocupação muito importante, adicionalmente, que diz respeito a uma situação  
820 que ocorreu, com relação a contagem de tempo para licença-prêmio e que  
821 acabou, de certa forma, impactando nos salários de todos na Universidade. A  
822 Congregação está trazendo esse elemento adicional que eu não identifiquei nas  
823 outras falas, para que isso também seja ponderado dentro dessas estratégias.  
824 Provavelmente, esse tema está sendo discutido, mas eventualmente não  
825 tivemos a oportunidade de ter acesso a essa informação. Mas foi um andamento  
826 importante. Nossos funcionários também trouxeram uma contribuição muito  
827 importante naquelas discussões e, somando aos aspectos previdenciários que  
828 foram colocados aqui, que são fundamentais para uma visão de longo prazo da  
829 Universidade, é fundamental que, talvez, possamos incluir essa outra  
830 preocupação nessas discussões.” **M. Reitor:** “Solicito dez minutos de intervalo  
831 aos senhores conselheiros para que eu possa conversar com o Prof. Campilongo  
832 e com a Dr.<sup>a</sup> Adriana, Procuradora Geral Adjunta, sobre alguns itens que foram  
833 aqui levantados e para que eu possa sanar algumas dúvidas de eventual  
834 destaque ou não.” **(Intervalo) M. Reitor:** “Conversei com aqueles que fizeram  
835 comentários e que, eventualmente, gerariam destaques na votação, e  
836 comentarei algumas considerações sobre o que conversamos. Prof. Paulo, a  
837 maioria é ‘maioria simples’. Somente se fala em *quorum* qualificado quando  
838 assim o for. Com relação à penalidade administrativa, creio que foi o Prof.  
839 Marcílio quem comentou, a recomendação, tanto da PG quanto da Presidência  
840 da CLR, é mantermos, caso a pessoa tenha tido uma penalidade nos últimos  
841 cinco anos, não teria direito ao Prêmio. Isso já foi utilizado anteriormente, em  
842 posições anteriores, nunca foi questionado judicialmente. Colocarei como  
843 destaque essa votação, mas a recomendação da CLR e da PG é de manter esse  
844 item. Mas, isso será votado como destaque. Com relação ao prazo, a forte  
845 recomendação da CLR e da PG é que não ocorra mudança de prazo, mas  
846 colocarei como destaque. Mas, todos ficam sabendo que, se colocarmos como  
847 destaque e for aprovado, esse assunto será retirado de pauta, pois precisará  
848 retornar para a CODAGE, refazer os cálculos, passar pela CLR e pela COP, pois  
849 os valores que serão aprovados serão diferentes dos que estão em pauta. Se eu  
850 colocar cem professores a mais, isso aumentará em cem vezes determinado

851 valor, gerando impacto financeiro. Outra grande preocupação que tenho é sobre  
852 essa questão de prazo, pois a PG insistiu fortemente, para não confundirmos  
853 legislações. Ou seja, não confundir esse Prêmio com outras motivações,  
854 incluindo as previdenciárias, pois na Lei Previdenciária existe uma cláusula que  
855 diz que se você o fizer, fica vedada qualquer medida que seja tomada para  
856 compensar alterações da Lei da Previdência. Por essa razão, Prof. Adrian, os  
857 senhores não encontram referência à Lei da Previdência em nenhum momento  
858 da justificativa, nem na minha fala, ou na minha entrevista, em lugar algum nunca  
859 me referi a isso, pois nunca desejamos trazer essa ligação, que pode causar  
860 algum problema na aprovação posterior, por meios externos, por agentes  
861 externos, dessa legislação. Toda nossa argumentação nunca levou em  
862 consideração a previdência. Pensamos em quinquênios, sexta-parte, não  
863 incorporação de gratificações, essa sempre foi a nossa argumentação, nunca  
864 uma argumentação que pudesse colocar em risco esse procedimento. Com  
865 relação aos temporários, é a mesma coisa. Se aprovarmos os temporários,  
866 teremos que tirar de pauta, fazer os cálculos, estabelecer os critérios e uma  
867 legislação para, posteriormente, retornar à pauta. Particularmente, não gostaria,  
868 mas foi defendido aqui. Creio que isso gerará muita dor de cabeça para  
869 fazermos.” (Cons. Adrian Pablo Fanjul e Cons. Paulo Martins falam fora do  
870 microfone) **M. Reitor:** “Então, a questão dos temporários eu posso retirar. O Prof.  
871 Celso foi muito claro para mim que se fizermos algumas dessas coisas, teremos  
872 que retirar de pauta. Retiramos então a questão dos temporários e da mudança  
873 de prazo. Permanece então a questão da penalidade. Questionei o Prof. Marcílio,  
874 mas a mudança sugerida por ele e pelos servidores também, pensei que o que  
875 eles estivessem propondo fosse um destaque da proposta. Mas, entendi que a  
876 proposta deles é muito diferente desta proposta original. Por exemplo, que o  
877 Prêmio seja igual para todos, os valores sejam somados e divididos por todos  
878 eles. Não é possível votar essa sugestão como destaque dessa proposta. Caso  
879 a proposta não seja aprovada, abriremos sugestões para os membros do  
880 Conselho para elaborarmos uma proposta e, posteriormente, votarmos em uma  
881 nova oportunidade. Mas, não é possível colocar como destaque a proposta de  
882 igualar a Gratificação para todos, frente a essas duas Resoluções.” (Cons.  
883 Reinaldo Santos de Souza fala fora do microfone) **M. Reitor:** “Nos destaques,  
884 se mantém a proposta e acrescenta um detalhe. A sua é uma proposta

885 totalmente diferente da original, pegando o mesmo valor, dividir pelo número de  
886 pessoas e a gratificação ser igual para todos ou, como o senhor disse  
887 anteriormente, que a gratificação de todos fosse igual à dos docentes. Isso  
888 levaria a um valor de cerca de R\$ 600 milhões a R\$ 700 milhões, o que é muito  
889 diferente. Uma coisa é um destaque, como a questão da penalidade, vota-se a  
890 favor ou contra. Isso é um destaque. Mas, fazer uma nova proposta, um novo  
891 cálculo, trata-se de uma nova proposta. Se a proposta original for negada, abro  
892 a palavra para todos os membros apresentarem suas propostas dentro de um  
893 prazo para estudarmos e trazermos, em um novo Conselho, uma nova proposta.  
894 Quem não estiver concordando, Reinaldo, vota contra. Se a proposta for negada,  
895 buscaremos novas formas de solucionar a questão.” (Cons.<sup>a</sup> Bárbara Della Torre  
896 fala fora do microfone) **M. Reitor**: “Já ouvimos todos, tivemos mais de quinze  
897 conselheiros falando e apresentando suas sugestões. A proposta dos senhores  
898 é uma nova proposta, não se trata de um destaque. Estou muito tranquilo que  
899 não estou sendo injusto no encaminhamento. Colocaremos em votação,  
900 primeiramente, a Minuta de Resolução que institui o Prêmio Desempenho  
901 Acadêmico Institucional USP e, a seguir, a Minuta de Resolução que institui a  
902 Gratificação de Valorização, Retenção e Permanência (GVRP). Caso a  
903 Gratificação seja negada, abrirei espaço para propostas e traremos em nova  
904 reunião. E na Gratificação, teremos um destaque, que é a penalidade  
905 administrativa. Serão votações separadas. Votamos, primeiramente, o Prêmio.  
906 Votamos os pareceres da CAA, CLR e COP. Quem for favorável aos pareceres  
907 e à proposta deve votar sim. Em caso contrário, vota-se não ou abstenção.” A  
908 seguir, o **M. Reitor** passa à votação do item 1.1. **Votação**. Pelo painel eletrônico,  
909 obtém-se o seguinte resultado: Sim = 106 (cento e seis) votos; Não = 4 (quatro)  
910 votos; Abstenções = 1 (um) voto; Total de votantes = 111 (cento e onze). São  
911 aprovados os pareceres da COP, CAA e CLR, favoráveis à minuta de Resolução  
912 que institui o Prêmio Desempenho Acadêmico Institucional USP.” A seguir, o **M.**  
913 **Reitor** passa à votação do item 1.2 Minuta de Resolução que institui a  
914 Gratificação. **Votação**. Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado:  
915 Sim = 89 (oitenta e nove) votos; Não = 7 (sete) votos; Abstenções = 13 (treze)  
916 votos; Total de votantes = 109 (cento e nove). São aprovados os pareceres da  
917 COP e da CLR, favoráveis à minuta de Resolução que institui a Gratificação de  
918 Valorização, Retenção e Permanência (GVRP). **M. Reitor**: “Votaremos, a seguir,

919 o destaque sobre a penalidade administrativa. Se a pessoa teve uma penalidade  
920 administrativa nos últimos cinco anos, não terá direito, primeiramente, ao Prêmio,  
921 item 1.1. Neste caso, não temos o parecer da CLR, mas a convicção do Prof.  
922 Celso no sentido de que deve ser mantida a proposta. Se votarmos sim, será  
923 manter a penalidade administrativa. Se votarmos não, será retirada a penalidade  
924 administrativa do texto.” **Vice-Reitora**: “Solicito ao Prof. Celso que esclareça as  
925 opções sim ou não.” **Cons. Celso Fernandes Campilongo**: “Sobre esta questão  
926 da penalidade, como sendo motivo para se excluir do Prêmio. Há muitos anos,  
927 quando foi instituído o Prêmio Excelência Acadêmica, havia essa disposição.  
928 Foram elaborados vários pareceres da PG, naquela ocasião, fazendo menção a  
929 isso. Isto não foi objeto de nenhuma judicialização. Agora, estamos revogando o  
930 Prêmio Excelência Acadêmica e estamos criando um outro Prêmio, mas  
931 retomamos tudo aquilo. Isso está repetido na nova minuta de Resolução que,  
932 por sua vez, também funciona como suporte para a atual minuta, essa que está  
933 sendo votada agora e retoma todos aqueles pareceres antigos. De modo que,  
934 modificar esse dispositivo que foi aprovado anteriormente e foi reutilizado agora,  
935 fragiliza sobremaneira o que está sendo feito. Este é o motivo de mantermos  
936 tudo no mesmo formato anterior e fazermos algo muito semelhante à Resolução  
937 anterior. Essa é a lógica.” **M. Reitor**: “A Marina me chamou a atenção que são  
938 nas duas Resoluções. Isso está previsto tanto no Prêmio quanto na Gratificação.”  
939 (O conselheiro Eduardo Henrique Soares Monteiro fala fora do microfone) **M.**  
940 **Reitor**: “Votando ‘sim’ estaremos votando pela CLR, votando ‘não’ estaremos  
941 votando para retirar esse inciso. Isso é destaque, não implica em cálculo, em  
942 valor, nada.” **Cons. Reinaldo**: “Inclusive tivemos essa discussão na Assembleia  
943 do SINTUSP e não expressamos aqui porque as nossas críticas ao projeto e os  
944 nossos adendos eram mais globais, mas nesse ponto em particular avaliamos  
945 que é uma dupla punição para quem eventualmente já recebeu uma punição  
946 administrativa. Nós, inclusive temos uma preocupação porque alguns  
947 funcionários eventualmente recebem ou já receberam punições administrativas  
948 por ações do movimento sindical, ou seja, foi e é atualmente, felizmente não tem  
949 ocorrido tanto, mas ao longo dos anos vários funcionários por participação em  
950 greves, manifestações receberam processos administrativos e em alguns casos  
951 inclusive punições, independentemente disso a pessoa já foi punida no processo  
952 administrativo e isso seria uma dupla punição. Inclusive iríamos, ou iremos,

953 dependendo do que for decidido aqui, jurisdiciar talvez esse ponto, já informo  
954 isso aqui. Talvez tenha sido ponto de desatenção em outros momentos e já que  
955 está destacado defendemos, então, nesse caso, que isso seja retirado dessas  
956 duas resoluções. Só aproveitando também o tempo para justificar diante,  
957 principalmente da categoria de funcionários(as), que nós representantes nos  
958 abstivemos na votação da resolução da gratificação, segundo deliberação da  
959 nossa própria Assembleia, acho que por duas razões: primeira porque nos  
960 sentimos prejudicados porque os destaques que apresentamos aqui não foram  
961 encaminhados, portanto as nossas propostas não tinham por onde serem  
962 encaminhadas e, segunda razão porque, embora discordemos da exclusão de  
963 dois terços da nossa categoria do recebimento dessa gratificação, e  
964 discordemos da disparidade dos valores, também avaliamos que não teria  
965 condições de votarmos simplesmente contra a resolução, porque talvez um terço  
966 da categoria que receberia não entenderia esse voto contrário. Não éramos nem  
967 a favor dela, nem contrário, por isso nos abstivemos. Aproveito o tempo para  
968 justificar isso, mas reforço a defesa que fiz sobre a retirada desse ponto das  
969 resoluções.” **M. Reitor**: “Iremos votar a retirada ou não desse inciso nas duas  
970 resoluções. Quem votar ‘sim’ vota com a CLR para manter o inciso, quem votar  
971 ‘não’ vota para retirar.” A seguir, o **M. Reitor** passa à votação do destaque de  
972 retirada do inciso III do art. 5º, na Resolução sobre Prêmio e inciso IV do artigo  
973 4º na Resolução que trata da Gratificação. Votação. Pelo painel eletrônico  
974 obtém-se o seguinte resultado: Sim = 85 (oitenta e cinco) votos; Não = 17  
975 (dezessete) votos; Abstenções = 5; Total de votantes = 107. É aprovada a  
976 manutenção do inciso nas Resoluções que instituem o Prêmio Desempenho  
977 Acadêmico Institucional USP e a Gratificação de Valorização, Retenção e  
978 Permanência (GVRP). A seguir, o **M. Reitor** passa ao item **2 - PROPOSTA DE**  
979 **ASSOCIAÇÃO DA USP COM O INSTITUTO PASTEUR – IPF – 2.1 -**  
980 **PROCESSO 2023.1.1953.1.4 - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO –** Proposta  
981 de criação de Associação privada sem fins lucrativos com o Instituto Pasteur -  
982 IPF, com propósitos científicos e tecnológicos, voltados para a área de Ciências  
983 Biológicas e da Saúde. **Parecer PG. P. 10039/2023**: relata que se trata de  
984 proposta de constituição de associação privada, com propósitos científico e  
985 tecnológico, voltados para área de ciências biológicas e saúde, sendo a mesma  
986 instituída pela Universidade de São Paulo e pelo Instituto Pasteur da França –

987 IPF, Fundação Privada regida pelo direito francês. Acrescenta que esta  
988 proposta, conforme relata o Grupo de Trabalho, seria uma etapa evolutiva de  
989 uma parceria hoje já existente entre a USP e o IPF. Após anos de uma parceria  
990 científica, com a criação da Plataforma Científica Pasteur - USP (SPPU, sigla em  
991 inglês), o projeto ganhou projeção mais ampla, requerendo maior autonomia  
992 gerencial em relação às instituições que lhes deram início. Passando a opinar,  
993 observa, inicialmente, que o ato proposto não possui precedentes pelos quais  
994 tenha havido procedimento de aprovação que ora possa ser reproduzido e  
995 analisa a possibilidade de constituição de associação pela USP, uma entidade  
996 pública e faz recomendações de procedimento. Com relação à constituição de  
997 associação privada por entidade pública, sem expressa autorização legal:  
998 princípios das legalidades na administração pública, após longa exposição sobre  
999 o princípio da legalidade, violação às restrições constitucionais e a missão  
1000 finalística da USP, conclui que “a mera instituição de associação não viola o  
1001 princípio da legalidade, posto haver previsão legal desta figura, não haver  
1002 violação às restrições constitucionais e, tampouco, à missão finalística da USP,  
1003 enquanto Universidade e ICT. Desta forma, não haveria óbices legais à iniciativa  
1004 proposta”. Com o objetivo de reforçar esse entendimento, apresenta lição do  
1005 Professor Fernando Menezes, Professor Titular de Direito Administrativo da  
1006 Faculdade de Direito da USP, que também julga pela possibilidade legal da  
1007 criação de associação privada por entidade pública: “*A partir dessa breve*  
1008 *análise, tem-se que; (1) há regra geral no direito brasileiro quanto à legalidade*  
1009 *para a criação de pessoas jurídicas por ato de vontade do instituidor (Código*  
1010 *Civil, artigos 40 e seguintes) e (ii) as exceções constitucionais relativas à*  
1011 *exigência de lei para os casos em que os instituidores de novas pessoas sejam*  
1012 *integrantes da administração pública (Constituição, artigo 37, XIX) não incluem*  
1013 *a criação das associações”. Por fim, observa que, pelo raciocínio desenvolvido*  
1014 *a partir da análise do artigo 37, caput e XIX, da Constituição Federal, a conclusão*  
1015 *pela possibilidade de constituição de associação privada por entes públicos*  
1016 *demandaria algumas cautelas no delineamento do Estatuto que, de fato, se*  
1017 *encontram já incorporadas à documentação encaminhada pelo Grupo de*  
1018 *Trabalho. A seguir, passando às recomendações de procedimentos, reitera que*  
1019 *“o ato proposto não possui precedentes pelos quais tenha havido procedimento*  
1020 *de aprovação que ora possa ser reproduzido. Contudo, trata-se de ato da*

1021 Universidade como um todo, que não decorre da execução por nenhuma  
1022 unidade. De pronto, já excluimos instâncias departamentais e das unidades de  
1023 ensino e pesquisa.” Assim sendo, observa que, por tratar de um ato negocial da  
1024 Universidade como um todo e por força de norma contida no Estatuto da  
1025 Universidade, (*Artigo 22, V: Compete ainda à Comissão de Orçamento e*  
1026 *Patrimônio: v deliberar sobre acordos entre a USP, suas Unidades, Museus,*  
1027 *órgãos de Integração, órgãos Complementares e entidades oficiais ou*  
1028 *particulares*), é competência da Comissão de Orçamento e Patrimônio deliberar  
1029 sobre a matéria. Ademais, há indicação de uso de espaço por terceiros, o que  
1030 indica a necessidade de aprovação pela COP, novamente, e também pela  
1031 Comissão de Legislação e Recursos. Por fim, observa, ainda, que poderá o M.  
1032 Reitor dar prosseguimento por estes órgãos e, caso seja do entendimento de  
1033 quaisquer de seus presidentes ou do próprio M. Reitor, poderá ser deliberado  
1034 pelo Conselho Universitário (06.03.23). Informação da Senhora Procuradora  
1035 Geral Adjunta, Dr.<sup>a</sup> Adriana Fragalle Moreira, de que, no dia 8 de março de 2023,  
1036 foi realizada uma reunião entre representantes da USP e do Institut Pasteur  
1037 participantes do grupo de trabalho, por meio do qual houve a concordância  
1038 unânime com os termos da minuta de estatuto anexa aos autos. Acrescenta que  
1039 a “versão atualizada em francês está sendo providenciada e, tão logo concluída,  
1040 será igualmente encartada aos autos, conjuntamente com um documento que  
1041 regula, no contexto da Associação que se cria, a manutenção das obrigações  
1042 recíprocas hoje observadas entre USP e Pasteur no contexto da Plataforma  
1043 Científica USP-Pasteur, sobretudo durante o período de efetiva constituição da  
1044 nova entidade.” (08.03.23). **Parecer da COP:** aprova o parecer do relator,  
1045 favorável à constituição de associação privada sem fins lucrativos com o Instituto  
1046 Pasteur - IPF, com propósitos científicos e tecnológicos, voltados para a área de  
1047 Ciências Biológicas e da Saúde, conforme proposto nos autos (15.03.23).  
1048 **Parecer da CLR:** o Senhor Presidente da CLR aprova, "ad referendum" da  
1049 Comissão, a proposta de associação sem fins lucrativos entre a USP e o Instituto  
1050 Pasteur, bem como a cessão do espaço atualmente ocupado pela Plataforma  
1051 Científica Pasteur - USP (SPPU) no *campus* da USP em São Paulo para a nova  
1052 Associação a ser criada, Instituto Pasteur de São Paulo (15.03.23). **Cons. Celso**  
1053 **Fernandes Campilongo:** “Trata-se de proposta de criação de Associação  
1054 privada sem fins lucrativos entre a USP e o Instituto Pasteur – IPF. O parecer

1055 está um pouco longo, mas aqui existe uma razão para esse parecer um pouco  
1056 mais detalhado, mais de uma razão. Especialmente pelo fato de que é algo  
1057 inédito, pelo menos na memória da Procuradoria, a Procuradoria indica que não  
1058 há nenhum caso, nenhum precedente idêntico a esse, então, estamos  
1059 inaugurando uma tradição de Associação privada da USP com o Instituto  
1060 Pasteur, acho importante que prestemos muita atenção nisso, que  
1061 eventualmente pode se replicar em outras associações com o mesmo perfil.  
1062 Além disso, originalmente, o relator desse processo na CLR foi o Prof. Carlos  
1063 Eduardo Ambrósio, que tinha concentrado a sua atenção na cessão do espaço  
1064 público para a sede da Entidade, estamos acolhendo integralmente o relatório  
1065 que ele fez e o parecer neste aspecto, mas entendemos, na CLR, que a  
1066 discussão era um pouco mais ampla do que isso, a questão não era só da  
1067 competência da CLR conceder ou não, ceder ou não o uso do espaço, mas era  
1068 também apreciar a natureza jurídica deste tipo de parceria e no mesmíssimo  
1069 sentido era o parecer da Procuradoria. O parecer da Procuradoria era favorável,  
1070 o entendimento que tivemos lá na CLR durante a reunião também foi um  
1071 entendimento no mesmo sentido da Procuradoria, favorável, como eu não tinha  
1072 trazido o voto, deliberamos isso ali na hora, os colegas me delegaram a  
1073 possibilidade de redigir um voto posteriormente, deixando isso a critério de uma  
1074 aprovação 'ad referendum' da CLR, mas o que fiz no voto foi exatamente o que  
1075 foi discutido e deliberado durante a reunião, só redigi o voto no mesmo dia a  
1076 tarde. Trata-se de solicitação, durante a reunião da CLR, de retirada de pauta  
1077 para o exame não apenas da cessão do espaço para funcionamento da futura  
1078 associação privada sem fins lucrativos, mas, também, para a apreciação da  
1079 competência da CLR para verificar aspectos jurídicos da sugestão de  
1080 constituição da associação e do eventual Estatuto da futura entidade. Proposta  
1081 de criação de associação, com a respectiva minuta de estatuto, feita por Grupo  
1082 de Trabalho constituído por membros da comunidade USP e do Instituto Pasteur  
1083 da França -IPF. Foi apresentado um Relatório Parcial com exame dos aspectos  
1084 administrativos e jurídicos, elaborado pelo Grupo de Trabalho Pasteur-USP,  
1085 além disso uma Minuta de Estatuto Social do Instituto Pasteur de São Paulo. O  
1086 alentado Parecer da Procuradoria Geral relata que se trata de proposta de  
1087 constituição de associação privada, com propósitos científicos e tecnológicos,  
1088 voltados para a área de ciências biológicas e saúde, sendo a mesma instituída

1089 pela Universidade de São Paulo e pelo Instituto Pasteur, uma Fundação de  
1090 Direito Privado regida pelo direito francês. Acrescenta ainda o parecer da  
1091 Procuradoria que esta proposta, conforme relata o Grupo de Trabalho, seria uma  
1092 etapa evolutiva de uma parceria hoje já existente entre a USP e o Instituto  
1093 Pasteur. Após anos de uma parceria científica, com a criação da Plataforma  
1094 Científica Pasteur - USP, o projeto ganhou projeção mais ampla, requerendo  
1095 maior autonomia gerencial em relação às instituições que lhes deram início.  
1096 Passando a opinar, a Procuradoria Geral observa, inicialmente, que o ato  
1097 proposto não possui precedentes pelos quais tenha havido procedimento de  
1098 aprovação que ora possa ser reproduzido, analisa a possibilidade de constituição  
1099 da associação pela USP, uma entidade pública, e faz recomendações de  
1100 procedimento. Com relação à constituição da associação privada por entidade  
1101 pública, observa que, pelo princípio da legalidade na administração pública, 'a  
1102 mera instituição de associação não viola o princípio da legalidade, posto haver  
1103 previsão legal desta figura, não haver violação às restrições constitucionais e,  
1104 tampouco, à missão finalística da USP, enquanto Universidade e ICT. Desta  
1105 forma, não haveria óbices legais à iniciativa da proposta.' Com o objetivo de  
1106 reforçar esse entendimento, juntou-se ao processo lição do Professor Fernando  
1107 Dias Menezes de Almeida, Professor Titular de Direito Administrativo da  
1108 Faculdade de Direito da USP, que também opina pela possibilidade legal da  
1109 criação de associação privada por entidade pública. Eu cito um trecho do parecer  
1110 do Prof. Fernando Dias Menezes – 'A partir dessa breve análise, tem-se que; (i)  
1111 há regra geral no direito brasileiro quanto à legalidade para a criação de pessoas  
1112 jurídicas por ato de vontade do instituidor (Código Civil, artigos 40 e seguintes)  
1113 e (ii) as exceções constitucionais relativas à exigência de lei para os casos em  
1114 que os instituidores de novas pessoas sejam integrantes da administração  
1115 pública (Constituição, artigo 37, XIX) não incluem a criação das associações'.  
1116 Por fim, observa o Professor Fernando Menezes que, pelo raciocínio  
1117 desenvolvido a partir da análise do artigo 37, caput e inciso XIX, da Constituição  
1118 Federal, a conclusão pela possibilidade de constituição de associação privada  
1119 por entes públicos demandaria algumas cautelas no delineamento do Estatuto  
1120 que, de fato, se encontram já incorporadas à documentação encaminhada pelo  
1121 Grupo de Trabalho. Já no Parecer da Procuradoria Geral, no plano das  
1122 recomendações de procedimentos, reitera-se que 'o ato proposto não possui

1123 precedentes pelos quais tenha havido procedimento de aprovação que ora  
1124 possa ser reproduzido. Contudo, trata-se de ato da Universidade como um todo,  
1125 que não decorre da execução por nenhuma unidade. De pronto, já excluimos  
1126 instâncias departamentais e das unidades de ensino e pesquisa. Assim sendo,  
1127 observa que, por se tratar de um ato negocial da Universidade como um todo e  
1128 por força de norma contida no Estatuto da Universidade (Artigo 22, V: Compete  
1129 ainda à Comissão de Orçamento e Patrimônio: deliberar sobre acordos entre a  
1130 USP, suas Unidades, Museus, órgãos de Integração, órgãos Complementares e  
1131 entidades oficiais ou particulares), é competência da Comissão de Orçamento e  
1132 Patrimônio deliberar sobre a matéria. Ademais, há indicação de uso de espaço  
1133 por terceiros, o que indica a necessidade de aprovação pela COP, novamente,  
1134 e, também, pela Comissão de Legislação e Recursos. Por fim, observa, ainda,  
1135 que poderá o M. Reitor dar prosseguimento por estes órgãos e, caso seja do  
1136 entendimento de quaisquer de seus presidentes ou do próprio Reitor, poderá ser  
1137 apreciado pelo Conselho Universitário. Há Informação da Senhora Procuradora  
1138 Geral Adjunta, Dra. Adriana Fragalle Moreira, de que, no dia 8 de março de 2023,  
1139 foi realizada uma reunião entre representantes da USP e do Instituto Pasteur  
1140 também com participantes do Grupo de Trabalho, por meio do qual houve a  
1141 concordância unânime com os termos da minuta de estatuto anexada aos autos.  
1142 Acrescenta que a versão atualizada em francês está sendo providenciada e, tão  
1143 logo concluída, será igualmente encartada aos autos, conjuntamente com um  
1144 documento que regula, no contexto da Associação que se cria, a manutenção  
1145 das obrigações recíprocas hoje observadas entre USP e Pasteur no contexto da  
1146 Plataforma Científica USP-Pasteur, sobretudo durante o período de efetiva  
1147 constituição da nova entidade. Há no processo despacho do Chefe de Gabinete,  
1148 Prof. Dr. Arlindo Philippi Junior, encaminhando os autos à Secretaria Geral, para  
1149 as devidas providências. O Parecer originalmente apresentado pelo relator foi no  
1150 seguinte sentido: 'Sendo assim, opino pela manifestação favorável da CLR à  
1151 cessão do espaço atualmente ocupado pela Plataforma Científica Pasteur-USP  
1152 no *campus* da USP, para a nova Associação a ser criada, Instituto Pasteur de  
1153 São Paulo. O Parecer da COP aprovou o parecer do relator, favorável à  
1154 constituição de associação privada sem fins lucrativos com o Instituto Pasteur da  
1155 França - IPF, com propósitos científicos e tecnológicos, voltados para a área de  
1156 Ciências Biológicas e da Saúde, conforme proposto nos autos. Durante os

1157 debates, entendeu a CLR que o exame dos aspectos jurídicos da futura  
1158 associação, inclusive seu estatuto, também seriam da competência desta  
1159 Comissão, sem prejuízo da apreciação da cessão do espaço, conforme sugerido  
1160 pelo Relator. Pela repercussão, ineditismo e importância do presente caso,  
1161 inclusive a título de orientação para eventuais futuras associações análogas,  
1162 entende a CLR ter competência e estar dentre suas atribuições verificar,  
1163 também, os aspectos jurídicos da proposição. No caso concreto, quer pelo  
1164 suporte jurídico oferecido pelo Parecer da lavra do Professor Fernando Menezes  
1165 de Almeida, quer pela cuidadosa elaboração do Estatuto, quer pela minuciosa  
1166 apreciação de todo o material pela Procuradoria Geral, quer pelo objeto e  
1167 natureza científica e não lucrativa da associação, quer também pela  
1168 fundamentação legal da proposta, nada impede sua implementação. Existem  
1169 justificativas administrativas e operacionais para que a aliança estratégica, é  
1170 dessa maneira que a associação é apresentada, que essa aliança estratégica  
1171 ganhe o formato jurídico de associação. Além disso, o modelo associativo  
1172 proposto gera eficiências e dinamismo gerencial, sem contar seu caráter  
1173 benemerente, sem finalidades lucrativas e com a proibição de transferência de  
1174 valores da USP para a associação. Registre-se, ainda, como bem posto no  
1175 parecer da Procuradoria Geral, que atividades econômicas complexas - como a  
1176 pesquisa, desenvolvimento e inovação - devem pautar a legalidade de suas  
1177 práticas pela verificação de: (i) restrição constitucional ou proteção individual, (ii)  
1178 existência de lei que reconheça o ato como jurídico e (iii) se há normas que  
1179 autorizem o ato ou ao menos indiquem sua possibilidade. Ultrapassados esses  
1180 'testes', o ato é considerado legal, inclusive à luz do caráter finalístico das  
1181 entidades públicas e das alianças estratégicas de cooperação, combinação de  
1182 recursos e capacitações e criação de vantagens competitivas decorrentes da  
1183 inovação. Pelo exposto, *ad referendum* da CLR, apesar da delegação e a  
1184 aprovação prévia da CLR, opino pela aprovação da proposta de associação sem  
1185 fins lucrativos entre a USP e o Instituto Pasteur.' É o parecer Magnífico Reitor."

1186 **Cons.<sup>a</sup> Maria Dolores Montoya Diaz:** "Também faz parte das competências da  
1187 COP a manifestação, a análise de todas as questões relativas à patrimônio e em  
1188 especial aqui estamos lidando com a questão do espaço. No caso da COP,  
1189 houve um parecer bastante detalhado do Prof. Reinaldo Giudici, focando nas  
1190 questões jurídicas que o Prof. Celso já esclareceu a todos e a COP votou

1191 favoravelmente à criação, à cessão de espaço, considerando as finalidades  
1192 relevantes das atividades de pesquisa, inovação, ensino e difusão de  
1193 conhecimento na área da saúde humana desse projeto, que é um projeto de  
1194 inovação com um potencial enorme de contribuição, tanto para a sociedade  
1195 como para o conhecimento. Essa é a manifestação da COP.” **M. Reitor:** “Um  
1196 esclarecimento da Reitoria, não sei se todos acompanharam esse processo, mas  
1197 alguns anos atrás, não sei exatamente quando, foi feito um Acordo entre a USP  
1198 e o Instituto Pasteur para ter uma Plataforma aqui no Brasil. Foi quase  
1199 concomitante com a implantação do INOVAUSP aqui na frente da ECA, no  
1200 prédio do CDI. Essa Plataforma foi implantada, e tem trabalhado bastante, e pelo  
1201 lado do Pasteur, a Profa. Paola Minoprio é representante, pelo lado da USP tem  
1202 sido o Prof. Luís Carlos, do ICB e outros professores passaram por lá também.  
1203 No período da Covid, que ainda estamos, se tornou uma Plataforma bastante  
1204 produtiva. O objetivo dessa Plataforma entre fazer pesquisa básica é também  
1205 ser um sensor de alerta para infecções do mundo dentro do perfil dos  
1206 laboratórios Pasteur, que estão espalhados pelo mundo. A diferença desse  
1207 Instituto agora é porque o Pasteur nos procurou, ainda no ano passado, que eles  
1208 gostariam de deixar de ser uma Plataforma e fazer uma parceria mais  
1209 contundente com a Universidade, porque viam um potencial muito grande dessa  
1210 Plataforma pelos trabalhos já realizados, e diferente de todos os Institutos  
1211 Pasteur do mundo, esse será uma Associação com a Universidade. Geralmente  
1212 o Instituto Pasteur quase que fornece o *label*, mas você tem que fazer tudo  
1213 naquele Instituto, eles não colocam nenhum recurso naquele Instituto. Eles são  
1214 ligados à rede Pasteur, mas são quase autônomos. Aqui a proposta do Pasteur  
1215 é inédita do nosso lado, mas é inédita do lado deles também. Eles irão colocar  
1216 recursos financeiros e recurso de pessoal para manter esse Instituto. A área  
1217 física é a mesma que já ocupava a Plataforma, mas o nível de comprometimento  
1218 das instituições será maior. Não iremos fazer nenhuma transferência de dinheiro  
1219 para essa Associação e nem haverá contratação de pessoal pela Associação,  
1220 quem quiser contratar, contrata pela Universidade ou contrata pelo Instituto  
1221 Pasteur. Existe um compromisso do Instituto Pasteur sempre manter pelo menos  
1222 um pesquisador sênior aqui nessa Plataforma, para garantir essa  
1223 internacionalização do processo. Depois que conversamos com o Instituto  
1224 Pasteur, outras parcerias internacionais estão surgindo, existe o interesse do

1225 CNRS (*Centre National de la Recherche Scientifique*) de trazer um Centro para  
1226 o Brasil, vindo um pouquinho dessa experiência do Pasteur, então será muito  
1227 maior do que o laboratório do Pasteur, será um Centro, com financiamento do  
1228 CNRS, com pesquisadores do CNRS e vários laboratórios, provavelmente o  
1229 modelo jurídico será muito parecido com esse que estamos avaliando hoje.  
1230 Existe, também, um outro laboratório que é ligado às Nações Unidas, o ICGEB  
1231 (*International Centre for Genetic Engineering and Biotechnology*), que é um  
1232 laboratório de Engenharia Genética, que também está com interesse em vir para  
1233 o Brasil, já estamos trabalhando com o Ministério da Ciência e Tecnologia para  
1234 ter autorização para trazer o laboratório para a Universidade. Conversei há uns  
1235 dois ou três dias atrás e a reunião deve ser em maio na ONU, para poder liberar  
1236 a vinda para o Brasil. É um avanço nas nossas internacionalizações, além de  
1237 fazer mobilidade docente, discente, dupla titulação, é uma grande oportunidade  
1238 termos laboratórios trabalhando em conjunto com os nossos pesquisadores. E  
1239 como o Prof. Celso leu em seu parecer, não era obrigatório trazer para o Co,  
1240 poderia ser avaliado só pela CLR e COP, mas achei interessante trazer pelo  
1241 ineditismo, que todos tomem conhecimento desse processo e ter o apoio do  
1242 Conselho Universitário para essa iniciativa. É importante vocês tomarem  
1243 conhecimento, e ter esse apoio do Conselho não somente do Reitor e das  
1244 Comissões ligadas ao Co. É isso que estamos avaliando, se for aprovado iremos  
1245 assinar esse Contrato em Paris; e acho que será o início de uma nova etapa de  
1246 internacionalização dentro da Universidade de São Paulo.” Não havendo  
1247 manifestações, o **M. Reitor** passa à votação. **Votação**. Pelo painel eletrônico  
1248 obtém-se o seguinte resultado: Sim = 95 (noventa e cinco) votos; Não = 7 (sete)  
1249 votos; Abstenções = 2; Total de votantes = 104. É aprovado o parecer da CLR,  
1250 favorável à constituição de associação privada sem fins lucrativos com o Instituto  
1251 Pasteur da França – IPF, com propósitos científicos e tecnológicos, voltados para  
1252 a área de Ciências Biológicas e da Saúde, bem como à permissão do uso de  
1253 espaço da USP, atualmente ocupado pela Plataforma Científica Pasteur – USP.

1254 **3 - DISCUSSÃO SOBRE A ADOÇÃO DE POLÍTICA AFIRMATIVA PARA**  
1255 **PRETOS, PARDOS E INDÍGENAS EM CONCURSOS PÚBLICOS PARA**  
1256 **PROVIMENTOS DE CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS NA UNIVERSIDADE**  
1257 **DE SÃO PAULO.** O **M. Reitor** solicita autorização ao Conselho Universitário  
1258 para iniciar os estudos e trâmites nos colegiados competentes, objetivando a

1259 adoção de política afirmativa para pretos, pardos e indígenas nos concursos da  
1260 Universidade. Propõe-se estudo, ouvido especialmente o Conselho de Inclusão  
1261 e Pertencimento, que considere modelos existentes e, especialmente, o  
1262 instaurado no restante do Estado de São Paulo (Lei Complementar nº 1.259/15  
1263 e Decreto nº 63.979/2018) para construir normativa aplicável à USP. Explica que  
1264 a Universidade abriu recentemente vários concursos, e, alguns foram realizados,  
1265 principalmente, o concurso do HU, mas tínhamos 3 ou 4 concursos abertos e  
1266 eles foram interrompidos por uma decisão judicial, porque nós não estávamos  
1267 prevendo mecanismos para inclusão de pretos, pardos e indígenas na  
1268 Universidade. Se lermos uma Lei Estadual, ela prevê uma metodologia para  
1269 inclusão de pretos, pardos e indígenas no Estado, é uma Lei de 2017, mas no  
1270 último parágrafo ela fala: 'essa Lei não se aplica às Universidades Públicas  
1271 Paulistas'. Ela é bem clara. De forma que eu tinha duas opções: pedir para o  
1272 jurídico contestar essa liminar, argumentando que estamos seguindo a Lei, a  
1273 qual fala que está tudo certo em nossos concursos, assim, solicitamos a  
1274 derrubada dessa liminar; ou vamos fazer essa discussão na Universidade para  
1275 ver se vamos criar mecanismos para inclusão de PPI em nossos concursos.  
1276 Então, eu resolvi trazer para o Co, a Universidade não entrou com nenhum  
1277 pedido para suspender essa liminar. Assim sendo, gostaria que fizéssemos essa  
1278 discussão e, se eu tiver autorização deste Conselho, está implícito que vocês  
1279 estão corroborando à minha posição de não derrubar essa liminar e criar um  
1280 grupo interno para fazer uma discussão rápida e criar mecanismos de inclusão.  
1281 Já existe essa Lei, que é uma lei que pode servir de base para utilizarmos, não  
1282 precisamos seguir exatamente a Lei, mas pelo menos já existe no Estado de São  
1283 Paulo uma Lei que podemos utilizar como base. A minha posição favorável seria  
1284 de não entrarmos com a derrubada da liminar, fazemos essa discussão e já no  
1285 mês de abril trazer para o Co e fazer a avaliação de qual seria o mecanismo que  
1286 utilizamos para fazer essa inclusão. Essa é uma posição pessoal, mas acho que  
1287 tem que ser discutida aqui pelo Co para ver se vocês corroboram a posição do  
1288 Reitor. Não queria adotar uma posição legalista, ou seja, a lei permite, vamos  
1289 derrubar a liminar, acho que é um assunto que precisa ser discutido e,  
1290 eventualmente, tomarmos uma mudança de posição da Universidade. A Prof.<sup>a</sup>  
1291 Maria Armanda pediu para eu esclarecer que a liminar foi para concursos de  
1292 servidores. Adriana, você quer comentar? Acho que você tem qual é o

1293 fundamento para a liminar. **Dr.<sup>a</sup> Adriana Fragalle Moreira (Procuradora Geral**  
1294 **Adjunta)**: “Essa ação foi movida pela Defensoria Pública do Estado de São  
1295 Paulo, que usou como fundamento legal a Lei Estadual que foi regulamentada  
1296 por esse Decreto que está na Tela. A Defensoria sustentou perante ao Juiz, que  
1297 liminarmente entendeu por cabível que haveria a aplicação disso, mas não se  
1298 mencionou tecnicamente que o artigo 15 deste Decreto exclui as universidades  
1299 da sua aplicação, demandando que a Universidade construa suas próprias  
1300 normativas, caso quisesse fazer uma política afirmativa para os concursos  
1301 públicos. Inclusive, não fomos formalmente intimados ainda, mas tomando  
1302 conhecimento disso, levamos a questão para o Prof. Carlotti, que entendia que  
1303 no primeiro momento que não opusessem uma irresignação a isso, para que  
1304 justamente fosse construída, na USP, essa normativa.” **M. Reitor)**: “A justiça fala  
1305 que nós deveríamos seguir essa Lei, mas se você olhar o art. 15, ele diz que ela  
1306 entra em vigor na data de sua publicação, não se aplicando às Universidades  
1307 Públicas Estaduais. Então, não estávamos fazendo nada de errado, mas achei  
1308 que era o momento de fazermos essa discussão na Universidade.” **Cons. Tulio**  
1309 **Ferreira Leite da Silva)**: “Gostaria de, dentro do discurso trazido pelo Prof.  
1310 Carlotti e a Procuradoria Geral, parabenizar a USP pela tomada de uma decisão  
1311 tão importante nesse sentido de não legalizar o problema, mas de se propor a  
1312 resolver esse problema. É muito bonito termos uma atitude como essa aqui neste  
1313 Conselho Universitário. Vou fazer um breve levantamento e, ao mesmo tempo,  
1314 desculpe-me porque, de certa forma, não é meu lugar estar aqui, tem um grupo  
1315 de professores e professoras negras que estão à frente de trabalho neste sentido  
1316 há muito tempo. Então, aprendemos que é muito feio tirar o lugar de fala de  
1317 grupo, portanto, ter essas pessoas aqui falando com as senhoras e senhores o  
1318 quão isso é importante para a representatividade da Universidade, mas já que  
1319 elas não estão aqui, vou tentar trazer um pouquinho do debate. Inicialmente, em  
1320 maio do ano passado, o Professor Nuno Coelho, que é o suplente da Presidência  
1321 da CLR, escreveu um artigo preciso no Jornal da USP chamado ‘O racismo na  
1322 composição do corpo docente da USP – e a oportunidade que não podemos  
1323 perder’, neste artigo bastante esclarecedor, o Prof. Nuno aponta que por conta  
1324 do Ofício GR 109, que autorizou as contratações, esse era um momento muito  
1325 importante para escurecermos a Universidade. Só temos 4% de professores  
1326 declarados PPIs, sendo que a representação do Estado é de 37,5%, então ele

1327 faz um grande detalhamento como isso seria uma oportunidade, ou seja,  
1328 aproveitar esse ofício, essa grande 'leva' de contratações para colocarmos  
1329 ações afirmativas também na composição dos quadros de docentes, mas não  
1330 parou por aí. Em julho, tivemos o envio de uma carta aberta das docentes e dos  
1331 docentes, negras e negros; em outubro, tivemos uma greve na FAU e a  
1332 Congregação da FAU aprovou, inclusive, uma solicitação para a Procuradoria  
1333 Geral a respeito de como isso poderia ser feito; em novembro teve uma reunião  
1334 dos docentes e das docentes, negros e negras, junto com um parecer da  
1335 Professora Sênior da Faculdade de Direito, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eunice Aparecida de  
1336 Jesus Prudente, falando que a USP teria autonomia para fazer esse tipo de  
1337 política; ainda, em novembro, o Instituto de Relações Internacionais também fez  
1338 uma moção de apoio neste sentido; em janeiro, a Congregação da FFLCH  
1339 aprovou que se enviasse uma solicitação de portaria emergencial que permitisse  
1340 que os institutos e departamentos, pelo menos, fossem livres para fazer algo  
1341 nesse sentido; e, no Conselho Universitário ordinário de março, eu fiz uma fala  
1342 exortando esse Conselho para que pensássemos nesse tema. Existe uma linha  
1343 de forças em nossa comunidade para que isso seja pautado aqui, só que eu  
1344 gostaria que déssemos um passo adiante e o Professor Carlotti já deu um passo  
1345 adiante de não legalizar a questão, mas poderíamos dar um passo ainda mais  
1346 adiante, quando vemos a questão da discussão, essa discussão passa muito  
1347 oportunamente pela PRIP para tomar essa decisão, mas também gostaria de  
1348 convidar o Prof. Paulo Alberto Nussenzveig, porque na mesma época que  
1349 aprovamos a criação da PRIP, aprovamos a inclusão da inovação na Pró-  
1350 Reitoria de Pesquisa. Então, acho que poderíamos sair da reatividade de esperar  
1351 que tantas proposições cheguem em nós para que façamos um programa de  
1352 incentivo da absorção de talentos PPI do Brasil. A USP precisa ser ativa, a USP  
1353 precisa ir ao Amazonas buscar um professor indígenas para estar aqui falando  
1354 de línguas indígenas. A USP precisa ter um trabalho de atividade. Saímos de  
1355 quatro anos de obscurantismo do governo Bolsonaro, estamos falando de  
1356 reconstrução do país; um passo progressista dessa magnitude não só de aprovar  
1357 que este estudo seja feito, como o Prof. Carlotti fala em tempo hábil, mas para  
1358 começar pensar em um programa para trazeremos esses talentos para dentro  
1359 dessa Casa. Acho que assim passamos uma mensagem incrível para o Brasil.  
1360 Era essa mensagem que gostaria de fazer aos senhores e senhoras: que

1361 sejamos realmente progressistas.” **Cons. Paulo Martins**: “Primeiramente  
1362 gostaria de declarar meu total apoio à fala do Conselheiro Túlio e, em segundo  
1363 lugar, parabenizar a atitude do Reitor de não judicializar e, sim, enfrentar com  
1364 clareza. Agora tenho uma questão do ponto de vista prático, as inscrições para  
1365 o concurso de analista já tinham começado, não era isso?” **M. Reitor**: “Não sei  
1366 Paulo.” **Cons. Paulo Martins**: “Tenho a impressão que sim.” **M. Reitor**: “Não.”  
1367 **Cons. Paulo Martins**: “Então iria começar. Está ótimo. Então, não tenho dúvida  
1368 nenhuma, porque eu queria saber o que fazer com aqueles que já haviam sido  
1369 inscritos.” **M. Reitor**: “A minha ideia é agilizar ao máximo essa discussão para  
1370 liberar esse processo. Não podemos ficar um ano discutindo e parar todos os  
1371 concursos por um ano.” **Cons. Paulo Martins**: “Acho que sua decisão é perfeita,  
1372 quanto antes melhor.” **M. Reitor**: “Se fizermos isso já em abril, essa discussão  
1373 para tomarmos uma decisão em abril, retomamos os concursos. Um mês, um  
1374 mês e um pouquinho, ficamos dez anos sem tratar de concursos, vamos ficar 30  
1375 ou 40 dias para tomarmos uma decisão.” **Cons. Paulo Martins**: “Perfeito. Muito  
1376 obrigado.” **Cons.<sup>a</sup> Rosa Baptista Faustino Miranda**: “Sou estudante de  
1377 Educomunicação na ECA, faço parte do Coletivo Juntos e também sou diretora  
1378 do DCE Livre da USP. Quero aproveitar minha fala para saudar, também, os  
1379 poucos professores e funcionários negros que existem na Universidade. Acredito  
1380 que eles são um exemplo de resistência em meio a uma Universidade tão  
1381 embranquecida quanto é a USP. Apesar do número baixo, tanto de professores  
1382 como de servidores negros e indígenas, esse número demonstra o quão racista  
1383 é esse lugar, inclusive, com todo respeito a todos, é só olhar para esse Conselho  
1384 Universitário, para saber que a USP está muito longe de representar o que é o  
1385 Estado de São Paulo e o que é sua população. Exatamente por isso que lutamos,  
1386 para que todos os concursos públicos da Universidade tenham reservas de  
1387 vagas para pessoas negras e indígenas; isso é tão importante e urgente. Desde  
1388 concurso para servidor administrativo até para os concursos docentes, as cotas  
1389 são medidas essenciais para democratizar o quadro de funcionários da USP. É  
1390 importante lembrar que as cotas raciais nos concursos são uma tendência em  
1391 todo o Brasil; desde 2008 há estados que instituíram cotas raciais em concursos  
1392 públicos e, desde 2014, há uma Lei Federal que dispõe sobre a obrigatoriedade  
1393 de cotas nas Universidades Federais. Isso mostra, mais uma vez, que a nossa  
1394 Universidade está atrasada sobre esse tema. Também não podemos esquecer

1395 que a USP só está fazendo essa discussão depois que os editais dos concursos  
1396 que não tiveram a previsão de vagas foram suspensos pelo Tribunal de Justiça  
1397 do Estado de São Paulo. Isso é só mais um exemplo de como a USP tenta, a  
1398 todo o custo, impedir que pessoas negras acessem esse espaço. Não é à toa  
1399 que a USP foi a última Universidade Pública Paulista a instituir cotas étnico-  
1400 raciais no Vestibular; não é à toa que a USP demorou 5 anos para instalar a  
1401 banca de heteroidentificação, que vai garantir que as vagas sejam ocupadas por  
1402 estudantes pretos e indígenas; não é à toa que hoje a Universidade vem  
1403 deixando diversos estudantes sem bolsas até o mês que vem sem saber ainda  
1404 se eles vão ser contemplados pelo programa que vai permitir que eles  
1405 frequentem a Universidade ou não; não é à toa que ontem tivemos um policial  
1406 armado com fuzil andando pelo conjunto residencial da USP, intimidando os  
1407 estudantes. Esses casos que acabei de citar só provam como essa Universidade  
1408 é racista e tem um método eficiente para garantir que estudantes pretos, pardos  
1409 e indígenas sintam-se pertencentes e incluídos nela. É por isso que as cotas  
1410 étnico-raciais nos concursos públicos fazem parte de uma agenda de luta por  
1411 uma USP mais democrática e mais inclusiva. Hoje, menos de 3% de professores  
1412 na Universidade são negros e vocês sabem disso, além disso, temos apenas um  
1413 professor indígena. É impossível falar em um ensino plural e para a cidadania se  
1414 a maior parte do conhecimento que é produzido aqui dentro é produzido por  
1415 homens brancos, héteros e classe média alta. É como parte de uma construção  
1416 de uma Universidade mais democrática que precisamos dizer que é essencial  
1417 que a proposta de reservas de vagas seja amplamente debatida com o conjunto  
1418 dos estudantes, professores e funcionários da instituição. Não dá para  
1419 pautarmos a iniciativa internamente, precisamos debater com todo o conjunto  
1420 acadêmico. Para finalizar, queria mencionar que o DCE da USP, entidade da  
1421 qual faço parte, elaborou um abaixo assinado a favor das cotas étnico-raciais  
1422 nos concursos públicos, o documento foi publicado ontem, um pouco  
1423 tardiamente, e já conseguimos mais de 100 assinaturas de professores,  
1424 entidades, coletivos estudantis e centros acadêmicos. Nós queremos que a  
1425 Universidade seja cada vez mais negra, mais indígena e mais diversa. Queremos  
1426 que pessoas negras e indígenas ocupem cada setor desta Universidade.” **Vice-**  
1427 **Reitora**: “Queria fazer um reparo Rosa. A USP não foi a última Universidade,  
1428 sequer do Estado de São Paulo, a fazer as cotas. Não foi. É que, às vezes,

1429 passamos informações e aquilo vai se reproduzindo e nem sempre elas estão  
1430 de acordo com o que de fato aconteceu. A UNICAMP foi a última no sistema  
1431 paulista, não foi a USP.” **Cons.<sup>a</sup> Danielly Milena Oliveira dos Santos:** “Assim  
1432 como a companheira que começou antes de mim, queria saudar os professores  
1433 negros e os trabalhadores negros desta Universidade e todos os estudantes  
1434 negros que aqui estão e que resistem dentro deste espaço. Queria colocar uma  
1435 fala para reforçar o que já foi colocado pelos conselheiros antes de mim, mas fui  
1436 impedida de fazer isso através do que aconteceu ontem nesta Universidade. Foi  
1437 colocado que a USP não foi a última Universidade Paulista a implementar PPIs,  
1438 que a USP seja a primeira Universidade, então, que se posicione contrário ao  
1439 que aconteceu ontem no conjunto residencial dentro dessa Universidade. Não  
1440 sei se todos os professores estão cientes do que aconteceu ontem, onde um  
1441 suposto policial civil entrou dentro da moradia estudantil armado de um fuzil atrás  
1442 de uma estudante negra. Pouco adianta a USP preencher os tabloides dizendo  
1443 que é a Universidade mais inclusiva, sendo que seus estudantes pretos, pardos  
1444 e indígenas são caçados por um indivíduo que, aliás, estava vestido com uma  
1445 blusa de justiceiro. O que é a imagem de um justiceiro em nossa sociedade? É  
1446 um veterano de guerra que acha que com as suas próprias mãos tem direito de  
1447 punir os supostos bandidos, ou seja, uma figura da extrema direita. Assim, a  
1448 pergunta que deixo aqui para o conjunto dos professores é: quem vocês estão  
1449 chamando de bandidos, quem a Universidade de São Paulo acha que são  
1450 bandidos, os estudantes pobres e pretos desta Universidade? Nós somos  
1451 bandidos, para vocês? Queria também trazer uma reflexão, porque por mais que  
1452 tivemos uma vitória eleitoral importante, ainda é verdade que o fascismo e a  
1453 extrema direita não foram derrotados em nosso país e, mais do que isso, não foi  
1454 punida pelos crimes que cometeu. Então há, ainda, um processo de militarização  
1455 extrema da nossa sociedade e a USP vai se fazer conivente a esse processo?  
1456 Se um ‘maluco’ fantasiado com símbolo de extrema direita não é possível chocá-  
1457 los, que daqui a pouco, um estudante preto sendo fuzilado dentro da nossa  
1458 Universidade lhes choque. Que alguma coisa lhes tire do conforto do belo lar de  
1459 vocês, porque para nós, estudantes pretos, foi um absurdo, isso é um ataque a  
1460 nós. A USP e a Superintendência de Segurança precisam se posicionar  
1461 imediatamente contrários ao que aconteceu. Não venha mandando e-mail, não  
1462 me mande e-mail. É tranquilo para aqueles que nunca tiveram suas vidas

1463 ameaçadas, viver na lamúria de saber se vai voltar para casa. É essa a realidade  
1464 da juventude preta do nosso país, que não sabe se vai ter perspectiva de futuro  
1465 e, quando sai de seu conjunto residencial, de seu apartamento, se depara com  
1466 um maluco com uma blusa de extrema direita com um fuzil na mão caçando  
1467 estudantes. Pode ser que muitos daqui, como já foi dito neste espaço, em 2021  
1468 - e que chocou muitos estudantes após a fala de uma estudante negra - que a  
1469 diversidade na USP atrapalha. Nós sabemos que, muitas vezes, somos o  
1470 incômodo de vocês, que muitos não gostariam que estivessem dentro desta  
1471 casa, mas queria deixar claro que se o processo de nos expulsar for tirar nossas  
1472 bolsas, for tirar nossas moradias, for achar cabível um maluco de extrema direita  
1473 entrar armado nas nossas moradias, então a USP vai deixar um recado claro  
1474 para os estudantes. É assim que vocês vão se posicionar para expulsar os  
1475 estudantes. Queria fazer uma reflexão: o que que isso tem de diferente do  
1476 Bolsonarismo, se nós achamos isso normal. Para finalizar, gostaria, novamente,  
1477 que a Reitoria e a Superintendência de Segurança da Universidade se  
1478 escandalizassem com o que aconteceu e pudessem, publicamente, se  
1479 posicionar contra isso e não por e-mail, vocês têm páginas oficiais.” **Cons<sup>a</sup>**  
1480 **Milena Polizelli Leite de Souza**: “Sou estudante de Ciências Sociais e participo  
1481 do coletivo Afronte e venho aqui hoje ecoar a voz dos estudantes da Obstetrícia.  
1482 Eles encaminharam uma carta para o DCE e para as forças dentro do Conselho  
1483 Universitário, para que as demandas deles chegassem até ao Reitor de maneira  
1484 mais urgente. Além da manifestação e mobilização que fizeram aqui na frente,  
1485 eles pediram para trazermos essa carta. ‘Nós, alunos, alunas e ‘alunes’ da  
1486 Obstetrícia vimos apresentar nossa preocupação com a atual falta de docentes  
1487 e o impacto que isso terá no desenvolvimento de nossa formação. O curso de  
1488 Obstetrícia da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São  
1489 Paulo é o único no Brasil a formar Obstetiz, profissionais de saúde que são  
1490 responsáveis, principalmente, pela assistência ao parto e ao cuidado das  
1491 mulheres e as pessoas com útero durante a gestação, parto e pós-parto. A  
1492 importância desse curso está diretamente relacionada à humanização do  
1493 cuidado obstétrico, que é uma necessidade urgente em nosso país. A  
1494 humanização busca resgatar o protagonismo da parturiente no processo de  
1495 parto e nascimento, proporcionando um atendimento mais acolhedor, respeitoso  
1496 e individualizado. Essa abordagem prioriza o bem estar físico, emocional e social

1497 da mulher e da família, reduzindo a medicalização desnecessária, mortes  
1498 maternas e neonatais e intervenções. Os profissionais formados no curso de  
1499 obstetrícia são capacitados para oferecer esse tipo de assistência em hospitais,  
1500 unidades básicas de saúde, casas de parto ou atendimento domiciliar e devem  
1501 estar preparados para atuar de forma interdisciplinar com a colaboração com  
1502 médicos, enfermeiros e outros profissionais da saúde. A falta de docentes no  
1503 curso de obstetrícia irá comprometer a qualidade no ensino e,  
1504 conseqüentemente, o preparo dos futuros profissionais que atuarão na área. De  
1505 acordo com a OMS, a capacitação de obstetriz pode salvar 4,3 milhões de vidas  
1506 no mundo, o que faz com que o curso de obstetrícia não seja apenas uma  
1507 demanda acadêmica, mas também uma necessidade social e de saúde pública.  
1508 Entretanto, a formação desses profissionais deve ser de alta qualidade e isso só  
1509 é possível com a presença de docentes capacitados e em número suficiente. A  
1510 falta de docente pode atrasar a formação dos estudantes, prejudicar a qualidade  
1511 do ensino e, conseqüentemente, afetar negativamente a assistência obstétrica  
1512 prestada às mulheres e seus bebês. Ser aluno em um curso universitário que  
1513 corre o risco de atrasar por falta de docentes é um absurdo inaceitável. A  
1514 Universidade de São Paulo é a principal interessada em uma formação de  
1515 qualidade e é preciso que a mesma, através das autoridades competentes, atue  
1516 de maneira efetiva para garantir o direito de cada um de nós a uma formação  
1517 adequada e completa em período ideal. Por isso, gostaríamos de solicitar ao  
1518 Magnífico Reitor, Carlos Gilberto Carlotti Junior e senhora Vice-Reitora Maria  
1519 Arminda Nascimento Arruda que atue de maneira efetiva e tome as medidas  
1520 necessárias para garantir a continuidade e fortalecimento do curso de  
1521 Obstetrícia, investindo na contratação de docentes capacitados e  
1522 comprometidos com a formação de profissionais qualificados e humanizados.  
1523 Nos últimos anos, diversos professores de obstetrícia se aposentaram e outros  
1524 temporários tiveram seus contratos encerrados. Além disso, a sobrecarga de  
1525 trabalho é um tema preocupante e que merece nossa atenção. A atual situação  
1526 é insalubre, professores que acompanham os estágios já chegaram a trabalhar  
1527 32 horas semanais em unidades de saúde. É inaceitável que esses profissionais  
1528 sejam submetidos a uma carga horária tão excessiva e, muitas vezes, a um  
1529 acúmulo de funções que ultrapassa os limites estabelecidos pela USP. É  
1530 fundamental que possam exercer suas funções com dignidade e respeito. A

1531 Legislação do Conselho Regional de Enfermagem determina que haja um  
1532 docente por campo de estágio, portanto, necessitamos, urgentemente, que  
1533 sejam contratados 4 docentes e um especialista para que a graduação de  
1534 Obstetrícia siga adiante e para que os profissionais que já trabalham no curso  
1535 não cheguem a situações extremas de saúde mental e físicas relacionadas à  
1536 situação trabalhista. Além disso, é fundamental que nesse processo de  
1537 contratação, haja uma reserva de 37% das vagas para professores pretos,  
1538 pardos e indígenas, em conformidade com a reivindicação presente na carta de  
1539 docentes negros e negras da Universidade de São Paulo, enviada no dia 9 de  
1540 novembro à Reitoria da USP. Tais contratações têm caráter emergencial, pois  
1541 estamos correndo contra o relógio. Se o número de docentes não aumentar até  
1542 julho de 2023, entraremos no segundo semestre com um desfalque nunca antes  
1543 visto, o qual impactará diretamente nos estágios discentes. Nesta possibilidade  
1544 desesperadora, parcela dos alunos será excluída dos estágios no período ideal  
1545 e ficarão em lista de espera para o semestre seguinte. O que causará um efeito  
1546 de bola de neve em todas as turmas. Agradecemos a atenção e aguardamos um  
1547 parecer dos senhores e senhoras. Atenciosamente." **Cons. Reinaldo Santos de**  
1548 **Souza**: "Queria expressar também, em nome da nossa categoria, em primeiro  
1549 lugar a importância desse debate. Nós, historicamente defendemos a questão  
1550 das cotas, no caso dos e das estudantes, embora não tenhamos, pelo que eu  
1551 me lembro, uma deliberação específica sobre cotas em concursos para  
1552 funcionários e docentes, mas nós temos uma deliberação geral de apoio dessa  
1553 reivindicação. Acho importante, também, destacar aqui o tema racial que vai para  
1554 além das cotas, obviamente, porque é necessário repensarmos a estrutura, no  
1555 geral, tanto da sociedade no geral quanto a interna da Universidade. Parece-me  
1556 que o tema das cotas estudantis demonstra isso de uma forma bem explícita, ou  
1557 seja, que não basta ingressar, mas é preciso também permanecer na  
1558 Universidade e por isso temos que ter políticas constantes de permanência. E  
1559 não só isso, quero fazer coro e manifestar nossa solidariedade, também, às  
1560 estudantes e aos estudantes, em face do que ocorreu ontem, que foi aqui  
1561 relatado, da perseguição que houve a uma estudante por um policial com um  
1562 fuzil e etc. A gente vem denunciando, inclusive, a presença da polícia militar no  
1563 *campus* universitário, não porque achamos que a Universidade tem que estar  
1564 como um território livre, pura e simplesmente, mas porque a Polícia Militar tem

1565 uma orientação, de maneira geral, de caráter racista e isso vai se expressar aqui  
1566 dentro também. E isso fica muito explícito em alguns casos como esse. Também  
1567 quero manifestar aqui que essa questão também se expressa na precarização  
1568 das relações de trabalho que existem dentro da Universidade, porque por muitos  
1569 anos dissemos que a questão racial na Universidade se demonstrava em quem  
1570 faz determinados tipos de trabalho. Na nossa categoria, por exemplo, de  
1571 funcionárias e funcionários, se pegarmos os terceirizados, com certeza há talvez  
1572 até uma maioria, não sei se há algum estudo específico, mas por observação  
1573 podemos perceber que até uma maioria de trabalhadoras, em particular negras,  
1574 enfim, porque isso tem a ver com a composição, também, de como há um corte  
1575 racial no mundo do trabalho. Mesmo nessa categoria de contingente de  
1576 funcionários e funcionárias, negros e negras também está no grupo básico.  
1577 Então, é muito importante que aprofundemos essas reflexões; e esses  
1578 concursos em tela que estão motivando essa discussão são justamente o  
1579 concurso para nível superior, de forma que ter cotas para ele será bastante  
1580 importante para enegrecer, também, a nossa categoria de funcionárias e  
1581 funcionários. Mas, obviamente, não basta agora nós aprovarmos algo em  
1582 relação ao concurso para funcionárias e funcionários técnicos e administrativos,  
1583 analistas administrativos como é o caso, é preciso avançar de maneira  
1584 significativa na discussão do segmento da Universidade em que o número de  
1585 negras e negros é menor, que é justamente entre os docentes. Penso que esse  
1586 é o grande desafio que temos. De imediato, obviamente, apoio que nós já  
1587 incorporemos a questão das cotas nesse concurso que está aberto, de  
1588 funcionários e funcionárias, mas precisamos ter resoluções concretas em  
1589 relação ao tema das cotas também nos concursos de docentes.” **Cons.**  
1590 **Gregório Batista Pereira:** “Sou estudante da FE, membro do ‘Coletivo  
1591 Disparada’ e também do movimento ‘Nossa Voz’. Gostaria de deixar o nosso  
1592 apoio à instituição do Prêmio ‘Desempenho Acadêmico Institucional USP’ e da  
1593 gratificação de ‘Valorização Retenção e Permanência’, porque valorizar a  
1594 docência e a carreira dos funcionários é fundamental para garantir o  
1595 funcionamento da Universidade. Contudo, achamos que também é muito  
1596 contraditório discutir isso, ignorarmos as demandas urgentes de cursos pela  
1597 contratação de professores. As estudantes de Obstetrícia da EACH não têm  
1598 como concluir o curso porque não há professores disponíveis para os estágios.

1599 Como a maior e melhor Universidade da América Latina formará Obstetras que  
1600 não realizam os partos, na prática, pela falta de professores? Outros cursos,  
1601 como o Design, na FAU, diversas Engenharias, em Lorena, Pedagogia, Terapia  
1602 Ocupacional e Informática Biomédica, em Ribeirão Preto, sofrem com o mesmo  
1603 problema. Pedimos, então, que as demandas não sejam engavetadas.  
1604 Queremos estudar com qualidade e também nos formar. Por fim, reforço as falas  
1605 de apoio à adoção de cotas para os concursos USP, inclusive essa é uma  
1606 discussão tardia que estamos fazendo, já que a Universidade precisa refletir as  
1607 mudanças que queremos ver na sociedade. Então, nós estudantes pretos,  
1608 indígenas, PcDs, precisamos nos ver representados no corpo docente e,  
1609 também, entre os funcionários. Só assim conseguiremos assegurar as  
1610 mudanças radicais que queremos. Portanto, vamos juntos rumo a uma  
1611 Universidade mais justa, igualitária, inclusiva e antirracista.” **Cons. Aluisio**  
1612 **Augusto Cotrim Segurado**: “Na verdade, é um parêntese dentro dessa  
1613 discussão que está proposta sobre a adoção de políticas, dado que nós já  
1614 tivemos duas manifestações de representantes discentes relativas ao processo  
1615 de contratação de docentes, mencionando alguns cursos, em particular, que  
1616 sofrem de carência de docentes para ministrar disciplinas obrigatórias e poderia  
1617 isso estar impactando a conclusão de programas de graduação. Queria dizer  
1618 que é sempre importante lembrar todos os Conselheiros e Conselheiras, que a  
1619 política de concessão de vagas de docentes já foi proposta pela atual gestão,  
1620 pelo Professor Carlotti e Professora Maria Arminda, para todo o período da  
1621 gestão, delegando às Unidades a reflexão sobre a melhor distribuição dessas  
1622 vagas e, portanto, algumas das demandas aqui colocadas puderam ser  
1623 contempladas ou mesmo vislumbradas pelas respectivas Unidades  
1624 mencionadas. Quero lembrar, que foi também facultada a possibilidade de  
1625 antecipação da concessão das vagas outorgadas para os anos de 2024 e de  
1626 2025, frente às necessidades emergenciais e isso está sendo autorizado. Por  
1627 fim, queria lembrar que também recebemos, das Unidades, as propostas de  
1628 contratação de vagas de novos docentes em projetos de mérito, que poderiam  
1629 atender as vertentes de ensino, pesquisa, cultura e extensão e, portanto,  
1630 algumas das demandas aqui colocadas também já nos chegaram com a explícita  
1631 manifestação da emergência para a vertente ensino. De forma que gostaria  
1632 apenas de apontar isso aos representantes discentes que se manifestaram, de

1633 que algumas dessas demandas já estão sendo trabalhadas. Por fim, queria dizer  
1634 que em relação aos Estágios Supervisionados em Equipamentos de Saúde, a  
1635 Pró-Reitoria de Graduação, por meio da sua colaboração com a Secretaria  
1636 Municipal de Saúde do Programa COAPS – *Programa de Qualificação das*  
1637 *Ações de Vigilância em Saúde*, já se manifestou ao Secretário Municipal da  
1638 Saúde sobre a necessidade de revisão de uma cláusula desse convênio que  
1639 prevê a necessidade de supervisão docente, *in loco*, para todos os estágios  
1640 profissionais em equipamentos de saúde, da Universidade de São Paulo, mesmo  
1641 que eles se façam em pequenos grupos. A necessidade de ter um docente com  
1642 cada pequeno grupo que está fazendo o Estágio em Equipamentos de Saúde,  
1643 simplesmente inviabiliza a possibilidade de estágios desses estudantes da área  
1644 da Saúde. O mesmo procedimento não é adotado, por exemplo, pela Secretaria  
1645 Municipal de Educação, que têm estudantes das nossas Licenciaturas  
1646 estagiando na Rede Pública de Ensino Municipal com supervisão docente para  
1647 o conjunto de estudantes estagiários, mas não acompanhamento *in loco* em  
1648 cada sala de aula com um docente da USP fazendo essa supervisão, o que é  
1649 obviamente impossível. Então, Professor Carlotti, para seu conhecimento, nós  
1650 encaminhamos uma carta ao Secretário Municipal de Saúde para que abra a  
1651 possibilidade de revisão dessa exigência para nossa Universidade e já tivemos  
1652 um retorno de que será marcado uma reunião específica para tratar dessa  
1653 questão.” **Consª. Giulia Araújo Castro**: “Volto mais uma vez aqui, mas acho  
1654 que dessa vez com um pouco de vergonha de estudar na USP. Um pouco de  
1655 vergonha por ter que a justiça suspender, liminarmente, os concursos para que  
1656 nós coloquemos em pauta a questão das cotas raciais, que penso ser uma  
1657 medida emergencial. E dado isso, queria ressaltar que cotas de ingresso na  
1658 Universidade são fruto da luta dos estudantes e do ‘Movimento Negro’. É uma  
1659 medida essencial para que a sociedade brasileira comece a pagar pela sua  
1660 dívida histórica com a população negra, democratizar a Universidade e propiciar  
1661 a igualdade ao acesso à Universidade. Se, de fato, queremos uma Universidade  
1662 inclusiva e democrática, é fundamental que haja a presença das pessoas negras,  
1663 pardas e indígenas nos seus três setores - e não só -, mas dentro dos cursos de  
1664 graduação e pós-graduação, em todos os seus níveis hierárquicos. O ‘Coletivo  
1665 Para Todos’, do qual faço parte, desde a sua fundação pautou o debate e atuou  
1666 ativamente na luta pela implementação das cotas raciais. Lamentamos e

1667 repudiamos profundamente que a maior Universidade da América Latina, uma  
1668 das últimas a introduzir as cotas étnicas raciais no vestibular, esteja hoje, ainda,  
1669 sem cotas nos concursos. É lamentável que mesmo com a pressão dos  
1670 estudantes, mesmo com os nossos gritos, atos e debates constantes na  
1671 Universidade, essa pauta só seja levantada hoje nesse Conselho Universitário,  
1672 depois de uma ação judicial. Já passou da hora da USP ser, de fato, uma  
1673 tendência progressiva nesse Estado, sem exemplo de ações afirmativas e não  
1674 ficar mais correndo atrás do prejuízo. Como o Conselheiro Túlio trouxe aqui, nós  
1675 precisamos ser ativos e termos cotas em todos os concursos, tanto de  
1676 funcionários quanto de docentes, é essencial. Falando em ações afirmativas,  
1677 gostaria de ressaltar a grande dificuldade que nós, estudantes, estamos  
1678 passando. Professor Carlotti e Professora Maria Arminda, quando vocês  
1679 estavam no período eleitoral, eu, lá no Centro Acadêmico também estava  
1680 passando por um período eleitoral, formando chapas, e lembro-me de que nos  
1681 chamaram para reuniões. Lembro-me de estar no ônibus e entrar no *Google*  
1682 *Meet* para conversar com vocês, que se colocaram à disposição dos estudantes  
1683 e falaram que a permanência estudantil seria a pauta número um de vocês.  
1684 Vocês se comprometeram conosco e eu estava muito animado com esse  
1685 compromisso que vocês tiveram de poder sentar com o Reitor e discutir, mas  
1686 infelizmente, M. Reitor, sei que você está cheio de boas intenções, mas o que  
1687 estamos recebendo nos últimos tempos não condiz com o que o Senhor nos  
1688 apresentou no passado. A política que eu e o meu grupo sempre construímos,  
1689 sempre teve a sua base montada com o pé na utopia de que um dia possamos  
1690 ter permanência de qualidade e que todos os estudantes que precisarem,  
1691 possam acessar essas políticas; no sonho de que talvez um dia tenhamos a  
1692 paridade de classe dos três setores aqui dentro desse Conselho. Enfim, diversos  
1693 outros sonhos utópicos, realmente, mas nós também temos um pé no chão na  
1694 realidade, que no nosso caso, chamamos de pragmatismo e sabemos dos limites  
1695 gerais de nosso orçamento, da ação da Reitoria. Porém, mesmo com todas as  
1696 nossas limitações da USP, não dá mais para a permanência estudantil não ser  
1697 a prioridade número um do corpo aqui presente. Além dos calouros, que não  
1698 tiveram nem a oportunidade de terem seus documentos analisados pela PRIP,  
1699 e sim houve calouro que recebeu essa resposta dos Assistentes Sociais, como  
1700 'eu não tive nem tempo de ler o seu documento e, por isso, você não tem direito

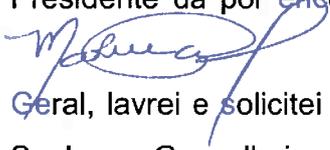
1701 a bolsa'. Contando com todas as dificuldades de contatar os seus Assistentes  
1702 Sociais no dia de ontem, como foi levantado aqui, o policial civil entrou, portando  
1703 um fuzil dentro do campus Butantã. A ação tinha como objetivo intimidar uma aluna  
1704 para depor em um processo aberto contra ela na justiça, mas de nenhuma forma  
1705 justifica tamanha violência e hostilidade no espaço universitário, um espaço que  
1706 hoje é amplamente racista. A 'Para Todos' nunca entrou e nem entrará em  
1707 discursos demagógicos e produzidos por alguma força política que tenta colocar  
1708 estudante contra estudante, morador contra morador, e sabemos da dificuldade  
1709 atual de lidar com sua gestão e de lidar com o CRUSP. De fato, a situação é  
1710 muito delicada, com diversos casos de agressão e violência sendo denunciados  
1711 constantemente, mas sabemos, também, que nada disso será resolvido com  
1712 espetáculos acusatórios, que no fundo só geram mais violência. Por isso, é  
1713 necessário, mais do que nunca, a união dos moradores, a união dos estudantes  
1714 e ter o apoio da Reitoria e da PRIP para a garantia de moradia digna e auxílio  
1715 permanência aos estudantes. Somente com essa ampla união poderemos  
1716 modificar a nossa Universidade. Peço muito a ajuda de vocês para que  
1717 possamos construir em conjunto. É isso. Nenhum passo para trás será dado por  
1718 nós, estudantes." Palmas. **Cons<sup>a</sup>. Sarah Hakim**: "Serei breve, mas acho  
1719 importante fazer essa colocação. Eu reputo que a atuação da Universidade deva  
1720 se dar concomitantemente nas duas frentes. Com todas as vênias ao  
1721 entendimento do M. Reitor, entendo que não podemos permitir que transite em  
1722 julgado uma decisão desta magnitude, desta envergadura. Aliás, de todo legal,  
1723 até por conta da fundamentação, é uma decisão que não se aplica a esta  
1724 entidade, porque se o fizermos, corremos o risco de criar uma jurisprudência  
1725 negativa, o me parece absolutamente contrário ao nosso intuito aqui. Entendo  
1726 que com a interposição de um recurso, uns embargos de declaração, isso  
1727 facilmente vai ser resolvido, na medida em que não se observou essa nuance  
1728 em relação a não aplicação à Universidade. Entendo, também, que uma  
1729 insurgência judicial aguerrida por parte da Universidade mostra e denota  
1730 justamente que a Universidade está comprometida com essa luta. Acho isso  
1731 muito importante para que não transite em julgado e também em havendo a  
1732 mudança da prestação jurisdicional nós podemos ter aí um caminho, talvez muito  
1733 mais célere, para o alcance desses nossos objetivos. Então, uma coisa não  
1734 exclui a outra, não vejo por que aceitar e acolher essa decisão judicial, de todo

1735 ilegal, quando podemos percorrer os dois caminhos, concomitantemente, sem  
1736 nenhum prejuízo, e talvez até com uma possibilidade - vamos dizer - mais célere  
1737 para este encaminhamento, obviamente, muito necessário. Sugeriria um adendo  
1738 para incluirmos, também, em sendo o caso, as pessoas portadoras de  
1739 deficiência, porque temos aqui um número bastante expressivo. Então, na  
1740 medida em que estamos fazendo esse percurso já a muito necessário, talvez  
1741 essa inclusão também fosse importante, até porque também temos muitas  
1742 pessoas pretas portadoras de deficiência. Então, imagine, se já é difícil essa  
1743 discriminação que temos, imagine quando se trata de mulher negra e portadora  
1744 de deficiência? Aí a coisa realmente fica de todo impossível. Esse é um processo  
1745 necessário e difícil, que precisa que seja uníssono. Nós fizemos isso não na OAB  
1746 - São Paulo, agora, foi muito difícil, inclusive com relação à identificação se por  
1747 fenótipo, se não por fenótipo, isso deu muito problema e foi um caminho que  
1748 percorremos para que os nossos tribunais tivessem, sim, uma representação  
1749 mais plural e necessária, mas tenho certeza que aqui vejo o que todos estão  
1750 imbuídos do mesmo propósito. E parabênizo o M. Reitor por essa iniciativa.” **M.**  
1751 **Reitor:** “Obrigado Sarah. Penso que, na minha simplicidade médica, não fui tão  
1752 claro na minha fala, mas eu não queria entrar com um recurso sem ter uma  
1753 sinalização posterior. Agora temos uma sinalização do Conselho e podemos nos  
1754 manifestar já com uma consequência. Sua orientação é parecida com a que o  
1755 Professor Marcelo Bonizzi conversou comigo e é o que nós vamos fazer a seguir  
1756 - vamos nos manifestar, mas já sabendo dessa manifestação no Co. Eu não  
1757 queria manifestar ‘a USP é contra qualquer inclusão’, não queria que isso ficasse  
1758 marcado dentro desse processo e para a sociedade, mas o encaminhamento  
1759 que você fez é o que imaginávamos.” **Cons<sup>a</sup>. Ana Lucia Duarte Lanna:** “Vou  
1760 falar sobre três temas. O primeiro deles é a questão específica do item de pauta,  
1761 que é a ‘autorização para que se realizasse a discussão sobre a questão de  
1762 cotas nos concursos da Universidade’. Evidentemente, eu queria apoiar e  
1763 reiterar uma posição do Professor Carlotti, mas dizer também especificamente  
1764 em relação à Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento, porque essa discussão  
1765 faz parte das atribuições da Pró-Reitoria, que foram aprovadas por esse  
1766 Conselho em maio do ano passado. Nós vimos realizando um conjunto  
1767 insuficiente, mas bastante significativo, de ações relacionadas a esse tema e  
1768 temos hoje disponível, no site da Pró-Reitoria, um banco de dados com nome de

1769 docentes negros e negras que podem integrar bancas de concursos públicos em  
1770 todas as áreas do conhecimento. E isso tem sido utilizado, usualmente, como  
1771 um argumento de barreira para a constituição de bancas diversas, nós  
1772 enfrentamos essa questão. Já realizamos um edital para pós-docs negras e  
1773 agora - o Professor Carlotti falou, inclusive, na última reunião do Conselho  
1774 Universitário -, estamos lançando essa semana um novo edital para  
1775 pesquisadores e pesquisadoras. São 50 vagas para todas as áreas, isso será  
1776 amplamente divulgado e encaminhado aos senhores, no intuito de colaborar e  
1777 acelerar essa transformação imprescindível da Universidade. Infelizmente não  
1778 são 4% de docentes negros, são apenas 2% de docentes negros que as  
1779 Universidades têm, e como o colega representante dos servidores disse, o único  
1780 lugar onde os negros são maioria na Universidade são nos servidores nível  
1781 básico. Esses dados estão todos disponíveis, no Anuário Estatístico da  
1782 Universidade, então, de fato, a questão da negritude expressa, para além da  
1783 questão étnico-racial, uma desigualdade socioeconômica bastante impactante  
1784 do ponto de vista, não da USP, mas da sociedade brasileira e que hoje,  
1785 sabidamente, nós temos condição de reverter. De forma que a minha fala aqui é  
1786 no sentido, não só de apoiar o encaminhamento do Professor Carlotti, mas de  
1787 solicitar a todos vocês, e isso já foi feito desde o mês passado, antes mesmo da  
1788 manifestação da Justiça. Nesse sentido, a gente vem caminhando um pouco par  
1789 e posso às pressões da sociedade, mas o Conselho da Pró-Reitoria de Inclusão  
1790 e Pertencimento tinha deliberado, já há mais de 40 dias - portanto antes da  
1791 manifestação judicial - que era imprescindível e o momento de se realizar uma  
1792 ampla discussão sobre o tema de cotas ou bonificações para concursos no  
1793 âmbito da Universidade. Todos os Conselheiros, Presidentes de Comissão ou  
1794 representantes de todas as Unidades da USP estão trabalhando nisso nos  
1795 últimos 40 dias, e na nossa Sessão do dia seis vamos debater o tema, agora não  
1796 só no âmbito do Conselho da Pró-Reitoria, para atender a essa autorização que  
1797 o Professor Carlotti está solicitando que o Conselho Universitário conceda nesse  
1798 item de pauta. Tenho certeza que essa autorização será concedida por esse  
1799 Conselho agora e que nós teremos, já no dia 6 de julho, uma contribuição  
1800 atendendo às responsabilidades e aos preceitos da Pró-Reitoria, aprovados  
1801 também por esse Conselho. Penso que são muitas ações que temos  
1802 empreendido e gostaria de reiterar o pedido de que todos vocês,

1803 institucionalmente ou pessoalmente, encaminhem para a Pró-Reitoria todas as  
1804 sugestões que vocês possam ter para nos ajudar a compor um quadro de  
1805 possibilidades, com responsabilidade, garantindo a excelência e todas as  
1806 premissas que fundamentam a vida da USP. Mas que nós possamos ser  
1807 pioneiros no âmbito das Universidades Públicas Paulistas, porque essa é a  
1808 questão que está em pauta, no sentido de traçar diretrizes e possibilidades, que  
1809 acredito que sejam inovadoras e possíveis de construir um consenso no âmbito  
1810 da Universidade. Então, peço que nos encaminhem essa contribuição, depois de  
1811 aprovado o tema. Podem encaminhar o e-mail [prip@usp.br](mailto:prip@usp.br) e eles serão muito  
1812 bem-vindos, além de todas as contribuições que nós já estamos recebendo das  
1813 Comissões das Unidades. Esse é um primeiro tema e realmente acho que a  
1814 discussão é necessária, importante, bem vinda e está fundamentada no conjunto  
1815 de práticas muito importantes que a Universidade vem assumindo nos últimos  
1816 anos, inclusive a criação dessa Pró-Reitoria que eu, momentaneamente,  
1817 represento. Vou deixar a questão do policial para o final, porque ele foi o choque  
1818 de ontem. O segundo é em relação ao PAPFE. Encaminhamos a todos os  
1819 esclarecimentos sobre os processos de liberação das bolsas, dos auxílios  
1820 PAPFE e quero dizer que dos 15.000 auxílios que foram concedidos nesse  
1821 enorme aumento do Programa de Permanência Estudantil, nós já distribuimos  
1822 7.800. E não distribuimos todos porque estamos dando chance e oportunidade  
1823 a todos os ingressantes da Universidade de São Paulo esse ano. As matrículas  
1824 ainda não se encerraram e se tivéssemos encerrado a distribuição dos auxílios,  
1825 nós estaríamos impedindo que ingressantes estivessem pleiteando. Nenhum  
1826 aluno tem ainda a resposta negativa em definitivo, ou os auxílios foram  
1827 concedidos, ou os estudantes estão esperando as novas listas de espera. Nesse  
1828 momento, nenhuma Assistente Social fez a análise da documentação, que é feita  
1829 pelo sistema desenvolvido pelo STI, que gera uma classificação e um  
1830 ordenamento. É a partir desta aprovação que os Assistentes Sociais analisarão  
1831 a documentação e, eventualmente, acatarão recursos ou farão as adequações  
1832 necessárias. Tudo isso está esclarecido no edital, que também está disponível  
1833 no site da Pró-Reitoria. Nós encaminhamos informações sobre isso a todos essa  
1834 semana, como também encaminhamos às diversas representações estudantis.  
1835 Por fim, o suposto policial. Acho que foi um fato chocante e gravíssimo, que  
1836 pegou a todos nós de surpresa. Foi um policial civil, porque houve, no final do

1837 ano passado, uma questão entre estudantes da Universidade e um dos  
1838 estudantes agredidos, que inclusive teve a porta do seu apartamento pichado  
1839 com os dizeres 'Volta para a África', o que gerou a abertura de um processo de  
1840 sindicância orientado pelo Gabinete da Vice-Reitora, esse aluno fez uma  
1841 denúncia na delegacia que apura crimes raciais. Esse processo está  
1842 acontecendo à revelia da Universidade, e ontem esse policial, de uma maneira  
1843 absolutamente agressiva, inadequada e inaceitável, entrou armado dentro da  
1844 Universidade para entregar uma notificação para uma aluna ir à delegacia.  
1845 Portanto, a situação, que seria de um procedimento de apuração absolutamente  
1846 normal, foi revestida de um nível de agressão absolutamente inaceitável.  
1847 Imediatamente, a Guarda Universitária, quando viu o policial civil - ele não é um  
1848 policial militar e não tem relação com a polícia militar no *Campus* - pediu a ele  
1849 que não entrasse armado com aquele fuzil gigantesco, um negócio  
1850 completamente absurdo. Ele se recusou e por causa disso, a Guarda da USP foi  
1851 acompanhando, durante toda a presença desses policiais no *Campus*, para  
1852 evitar níveis maiores e descontrolados, porque não se sabia o que poderia  
1853 acontecer. Imediatamente nós fomos avisados, na Pró-Reitoria, porque isso  
1854 aconteceu no espaço do CRUSP, e soltamos uma nota repudiando a ação, que  
1855 foi encaminhada aos moradores do CRUSP, aos Diretores de Unidades e  
1856 divulgada em nosso site, que foi encaminhada aos Conselheiros da PRIP. Hoje,  
1857 encaminhamos notificação à ouvidoria da Polícia Civil e ao Ministério Público,  
1858 pedindo que ações dessa natureza não se repitam, porque elas não dialogam  
1859 com o espírito e com as práticas de convivência no âmbito da Universidade. Nós  
1860 estamos profundamente chocados, tentamos evitar de todas as formas possíveis  
1861 e tomamos as providências que podíamos tomar até o presente momento." A  
1862 seguir o **M. Reitor**, passa à votação do Item 3, pelo sistema Helios Voting.  
1863 Resultado da votação: Sim = 84 (oitenta e quatro) votos; Não = 0 (zero) votos;  
1864 Abstenções = 0 (zero); Total: 84 (oitenta e quatro) votos. O Conselho  
1865 Universitário autoriza o M. Reitor a iniciar os estudos e trâmites nos Colegiados  
1866 competentes, objetivando a adoção de política afirmativa para pretos, pardos e  
1867 indígenas nos concursos da Universidade. **M. Reitor**: "Muito obrigado pela  
1868 reunião de hoje. Decisões importantes foram tomadas. Bom fim de semana a  
1869 todos." Ato seguinte, passa a palavra à Vice-Reitora. **Vice-Reitora**: "Gostaria,  
1870 também, de fazer uma manifestação para esse Conselho. Primeiro, quero me

1871 dirigir a todos e dizer da importância da aprovação das medidas de hoje e afirmar  
1872 que nós estamos procurando honrar todos os compromissos que assumimos  
1873 com a Universidade durante o processo de escolha da nova Reitoria da USP.  
1874 Muito obrigada. Acho que temos dado uma demonstração de muita maturidade  
1875 na Universidade, fazendo mudanças significativas. Tenho sempre dito que a  
1876 Universidade precisava mudar e essa gestão é a encarnação dessa visão sobre  
1877 a Universidade. Muito obrigada a todas e todos, acho que foi um momento muito  
1878 especial dessa Universidade.” Palmas. Nada mais havendo a tratar, o Senhor  
1879 Presidente dá por encerrada a reunião, às 17h37. Do que, para constar, eu,  
1880  , Prof.ª Dr.ª Marina Gallottini, Secretária  
1881 Geral, lavrei e solicitei que fosse digitada esta Ata, que será examinada pelos  
1882 Senhores Conselheiros presentes à sessão em que for discutida e aprovada, e  
1883 por mim assinada. São Paulo, 23 de março de 2023.